

Corregedor-Geral do Ministério Público
Procurador de Justiça Pedro Sérgio Steil

Secretário da Corregedoria-Geral
Promotor de Justiça Sandro José Neis

Assessores da Corregedoria-Geral
Promotor de Justiça Francisco Bissoli Filho
Promotor de Justiça Durval da Silva Amorim

Equipe de apoio técnico
Adriana Conceição
Berenice Chaves Rebello
Dirlei de Souza Bergmann
Emerson Cabral
Gustavo Filipi Milis Cani
Lúcia Anilda Miguel
Márcio André Zattar Cota
Santino Arlindo Martins
Sônia Eleonora da Silva Santos
Anne Christine Hammerschmidt (Bolsista)
Juliana de Souza Bento (Bolsista)
Lúcia Margarida Fontanella (Estagiária)

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

José Galvani Alberton

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Pedro Sérgio Steil

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

José Galvani Alberton - Presidente

Pedro Sérgio Steil

Valdir Vieira

Paulo Antônio Günther

Odil José Cota

José Francisco Hoepers

Rosa Maria Garcia

Sérgio Antônio Rizelo

Mário Gemin

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

José Galvani Alberton - Presidente

Moacyr de Moraes Lima Filho	Pedro Sérgio Steil
Anselmo Agostinho da Silva	Vilmar José Loef
Hipólito Luiz Piazza	José Francisco Hoepers
Valdir Vieira	José Eduardo Orofino da Luz Fontes
Paulo Antônio Günther	Rosa Maria Garcia
Luiz Fernando Syridakis	Raulino Jacó Brüning
Demétrio Constantino Serratine	Humberto Francisco Scharf Vieira
Robison Westphal	Antônio Gercino Ramos de Medeiros
Kurt Ernesto Hammerschmidt	Sérgio Antônio Rizelo
Odil José Cota	João Fernando Quagliarelli Borrelli
Luiz Carlos Freyesleben	Hercília Regina Lemke
Paulo Roberto Speck	Francisco de Assis Felipe
Áttila Antônio Rothsahl	Mário Gemin
José Antônio Salvadori	Dálcio Moser
Jobél Braga de Araújo	Gilberto Callado de Oliveira
Raul Schaefer Filho	Antenor Chinato Ribeiro

EX-CORREGEDORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORES DE JUSTIÇA	MANDATO
Ruy Olympio de Oliveira	29.01.72 a 01.04.76
João Batista Ribeiro Neto	02.04.76 a 10.04.78
Sebastião Severino da Luz	18.04.78 a 17.04.80
Valdemiro Borini	18.04.80 a 16.04.84
André Mello Filho	17.04.84 a 16.04.86
Arno Schmidt	17.04.86 a 18.04.88
Cyro Campos	19.04.88 a 08.06.89
Paulo Armando Ribeiro (Interino)	08.06.89 a 30.06.89 10.10.89 a 09.05.90
Henrique Espada Rodrigues Lima	30.06.89 a 10.10.89
João Carlos Kurtz	10.05.90 a 09.04.91
Moacyr de Moraes Lima Filho	10.04.91 a 19.04.95
Robison Westphal (Interino)	20.04.95 a 09.05.95
Odil José Cota	10.05.95 a 11.04.96
José Eduardo Orofino da Luz Fontes	12.04.96 a 12.04.00

SUMÁRIO

Apresentação	5
1. Procuradorias de Justiça	7
1.1 Estrutura	7
1.2 Quadro de lotação dos Procuradores de Justiça	7
2. Atividades das Procuradorias de Justiça	9
2.1 Procuradoria de Justiça Criminal	9
2.2 Procuradoria de Justiça Cível	9
2.3 Coordenadoria de Recursos	10
3. Promotorias de Justiça.....	19
3.1 Estrutura.....	19
3.2 Quadro de lotação dos Promotores de Justiça.....	20
4. Atividades das Promotorias de Justiça.....	29
4.1 Área Criminal.....	29
4.1.1 Atuação criminal global.....	29
4.1.2 Área da sonegação fiscal.....	30
4.1.3 Área ambiental.....	31
4.1.4 Área militar.....	31
4.2 Área Cível.....	49
4.2.1 Atuação cível global.....	49
4.2.2 Atuação cível especializada.....	50
4.3 Área da Infância e Juventude.....	60
4.3.1 Atos infracionais.....	60
4.3.2 Área Cível.....	61
5. Considerações Finais.....	72

APRESENTAÇÃO

Senhor Procurador-Geral de Justiça,
Senhores Procuradores de Justiça,

Apresento a Vossas Excelências, em cumprimento ao disposto no artigo 40, II, da Lei Complementar Estadual nº 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina), e objetivando manter a Administração Superior do Ministério Público informada sobre o volume e a natureza dos trabalhos desenvolvidos, o Relatório das Atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça do ano de 2000.

O relatório é composto de dois volumes. O primeiro trata da exposição da totalidade das atividades, tanto das Procuradorias de Justiça quanto das Promotorias de Justiça. O segundo (anexo) trata das atividades realizadas em cada uma das Promotorias de Justiça. Ambos os volumes propiciarão um demonstrativo completo dos trabalhos levados a efeito pelas Procuradorias e Promotorias de Justiça, abrangendo, pois, as ações ministeriais inerentes às primeira e segunda instâncias.

As informações detalhadas no presente relatório, extraídas das bases de dados da Corregedoria-Geral do Ministério Público e da Diretoria do Departamento de Apoio Técnico da Procuradoria-Geral, são de fundamental importância, não só para a avaliação e elaboração do plano global de atuação do Ministério Público, como também para subsidiar outros órgãos da Administração Pública na elaboração de políticas nas respectivas áreas de atuação e, ainda, para identificar problemas existentes, permitindo o levantamento de prioridades e a busca de soluções.

Não estão englobados os dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas pelo Centro das Promotorias da Coletividade-CPC, bem assim, pelo Centro das Promotorias da Infância-CPI e Centro de Apoio a Investigações Criminais-CIE, cujos relatórios devem compor aquele

apresentado anualmente pela Procuradoria-Geral de Justiça (Atos PGJ n^{os} 13/92, 28/92 e 68/99).

Convém observar, por fim, que simultaneamente a este relatório está sendo encaminhado a Vossas Excelências o Relatório Anual das Atividades da Corregedoria-Geral do Ministério Público referente ao mesmo período.

1. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

1.1 Estrutura

Na condição de órgãos de administração do Ministério Público, as Procuradorias de Justiça atualmente estão organizadas em número de duas, sendo uma com atuação na área criminal e outra na área cível, estando esta, em face do Ato nº 80/99/MP, com atribuições definidas nas seguintes áreas e especialização: a) funcionalismo público; b) matéria tributária ou fiscal; c) infância e juventude, família e sucessões; d) moralidade administrativa, meio ambiente, consumidor, deficientes físicos, idosos, fundações e matéria acidentária e falimentar; e e) questões jurídicas diversas.

Havia, em 31 de dezembro de 2000, 11 (onde) Procuradores de Justiça lotados na Procuradoria Criminal e 22 (vinte e dois) na Procuradoria Cível. Observe-se, ainda, que existem 7 cargos de Procuradores de Justiça vagos, criados pela Lei Complementar nº 203, de 29 de dezembro 2000.

1.2 Quadro de lotação dos Procuradores de Justiça

Em 31.12.2000, o quadro de lotação dos Procuradores de Justiça, por antigüidade, era o seguinte:

PROCURADORES DE JUSTIÇA		
	Nome	Lotação
1	Moacyr de Moraes Lima Filho	Procuradoria de Justiça Criminal
2	Anselmo Agostinho da Silva	Procuradoria de Justiça Criminal
3	Hipólito Luiz Piazza	Procuradoria de Justiça Criminal
4	Valdir Vieira	Procuradoria de Justiça Criminal
5	Paulo Antônio Günther	Procuradoria de Justiça Criminal
6	Luiz Fernando Sirydakís	Procuradoria de Justiça Criminal
7	Demétrio Constantino Serratine	Procuradoria de Justiça Criminal
8	José Galvani Alberton	1ª Procuradoria de Justiça Cível – Procurador–Geral
9	Robison Westphal	Procuradoria de Justiça Criminal
10	Kurt Ernesto Hammerschmidt	2ª Procuradoria de Justiça Cível
11	Odil José Cota	Procuradoria de Justiça Criminal – Subprocurador-Geral Coordenador do CPC

<i>PROCURADORES DE JUSTIÇA</i>		
	<i>Nome</i>	<i>Lotação</i>
12	Luiz Carlos Freyesleben	1ª Procuradoria de Justiça Cível
13	Paulo Roberto Speck	2ª Procuradoria de Justiça Cível – Coordenador de Recursos
14	Áttila Antônio Rothsahl	2ª Procuradoria de Justiça Cível
15	José Antônio Salvadori	2ª Procuradoria de Justiça Cível
16	Jobél Braga de Araújo	2ª Procuradoria de Justiça Cível
17	Raul Schaefer Filho	2ª Procuradoria de Justiça Cível
18	Pedro Sérgio Steil	Procuradoria de Justiça Criminal – Corregedor-Geral
19	Vilmar José Loef	Procuradoria de Justiça Criminal
20	José Francisco Hoepers	2ª Procuradoria de Justiça Cível – Coordenador do CPI
21	José Eduardo Orofino da Luz Fontes	1ª Procuradoria de Justiça Cível
22	Rosa Maria Garcia	2ª Procuradoria de Justiça Cível
23	Raulino Jacó Brüning	2ª Procuradoria de Justiça Cível
24	Humberto Francisco Scharf Vieira	1ª Procuradoria de Justiça Cível
25	Antônio Gercino Ramos de Medeiros	2ª Procuradoria de Justiça Cível
26	Sérgio Antônio Rizelo	1ª Procuradoria de Justiça Cível
27	João Fernando Q. Borreli	1ª Procuradoria de Justiça Cível
28	Hercília Regina Lemke	1ª Procuradoria de Justiça Cível
29	Francisco de Assis Felipe	2ª Procuradoria de Justiça Cível – Coordenador do CIE
30	Mário Gemin	1ª Procuradoria de Justiça Cível
31	Dálcio Moser	1ª Procuradoria de Justiça Cível
32	Gilberto Callado de Oliveira	1ª Procuradoria de Justiça Cível
33	Antenor Chinato Ribeiro	1ª Procuradoria de Justiça Cível

Quadro de lotação por antiguidade e por entrância dos Promotores de Justiça
Em 31.12.2000

<i>PROMOTORES DE ENTRÂNCIA ESPECIAL</i>				
<i>Nome</i>		<i>Lotação/Situação</i>		<i>Situação</i>
1	Guido Feuser	12º P.J. Criciúma	Final	
2	Vera Lúcia Ferreira Copetti	2º P.J. Joaçaba	Final	
3	Ernani Dutra	4º P.J. Rio do Sul	Final	
4	Donaldo Reiner	7º P.J. Lages	Final	
5	Plínio César Moreira	1º P.J. Curitiba	Final	
6	Nelson Fernando Mendes	6º P.J. Capital	Especial	
7	Anselmo Jerônimo de Oliveira	1º P.J. Blumenau	Final	
8	Eroni José Salles	1º P.J. Brusque	Final	
9	Sadi Brígido Jung	3º P.J. Tubarão	Final	
10	Narcísio Geraldino Rodrigues	8º P.J. Capital	Especial	Assessor do Procurador-Geral
11	Saulo Torres	7º P.J. Capital	Especial	
12	Aroldo de Araújo	23º P.J. Capital	Especial	
13	Jacson Corrêa	11º P.J. Criciúma	Final	Assessor da CGMP
14	Basílio Elias de Caro	19º P.J. Capital	Especial	Assessor do Procurador-Geral
15	Aurino Alves de Souza	9º P.J. Joinville	Final	
16	Paulo Roberto de Carvalho Roberge	2º P.J. Blumenau	Final	
17	Tycho Brahe Fernandes	13º P.J. Capital	Especial	
18	Antonio Carlos Brasil Pinto	6º P.J. Itajaí	Final	
19	Francisco José Fabiano	14º P.J. Capital	Especial	
20	André Carvalho	2º P.J. Capital	Especial	
21	Lenir Roslindo Piffer	5º P.J. Blumenau	Final	
22	Cid José Goulart Júnior	9º P.J. Capital	Especial	
23	Luiz Espíndola dos Santos	3º P.J. Joinville	Final	
24	Gladys Afonso	1º P.J. Joaçaba	Final	
25	Paulo Ricardo da Silva	5º P.J. Criciúma	Final	
26	Sidney Bandarra Barreiros	5º P.J. Tubarão	Final	
27	Paulo César Ramos de Oliveira	2º P.J. Joinville	Final	Secretário de Estado da Justiça e Cidadania
28	Paulo de Tarso Brandão	10º P.J. Capital	Especial	Assessor do Procurador-Geral
29	Ricardo Francisco da Silveira	1º P.J. Capital	Especial	
30	Heloísa Crescenti Abdalla Freire	17º P.J. Capital	Especial	
31	Gercino Gerson Gomes Neto	15º P.J. Capital	Especial	
32	Moacir José Dal Magro	1º P.J. Chapecó	Final	
33	Francisco Bissoli Filho	29º P.J. Capital	Especial	Assessor da CGMP

<i>PROMOTORES DE ENTRÂNCIA ESPECIAL</i>				
<i>Nome</i>		<i>Lotação/Situação</i>		<i>Situação</i>
34	Newton Henrique Trennepohl	7º P.J. Chapecó	Final	Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
35	Norival Acácio Engel	5º P.J. Itajaí	Final	
36	Fábio de Souza Trajano	30º P.J. Capital	Especial	Coordenador de Defesa do Consumidor
37	Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes	12º P.J. Capital	Especial	
38	Luiz Eduardo Braunsperger	2º P.J. Brusque	Final	
39	James Faraco Amorim	5º P.J. Lages	Final	
40	Ivens José Thives de Carvalho	1º PJ. Rio do Sul	Final	
41	Walkyria Ruicir Danielski	6º P.J. Tubarão	Final	
42	Paulo Roberto Luz Gottardi	7º P.J. Itajaí	Final	
43	Alexandre Herculano Abreu	20º P.J. Capital	Especial	Coordenador de Defesa do Meio Ambiente
44	Durval da Silva Amorim	4º P.J. Joinville	Final	Assessor da CGMP
45	Ernani Güetten de Almeida	7º P.J. Blumenau	Final	
46	Vânio Martins de Faria	10º P.J. Blumenau	Final	
47	Genivaldo da Silva	15º P.J. Joinville	Final	
48	Américo Bigaton	1º P.J. Concórdia	Final	
49	Janir Luiz Della Giustina	7º P.J. Tubarão	Final	
50	Aor Steffens Miranda	10º P.J. Itajaí	Final	
51	Eliana Volcato Nunes	3º P.J. Capital	Especial	
52	Sandro José Neis	4º P.J. Blumenau	Final	Secretário da CGMP
53	Mário Luiz de Melo	4º P.J. Tubarão	Final	
54	Lio Marcos Marin	13º P.J. Lages	Final	Secretário-Geral do Ministério Público
55	Rogério Antônio da Luz Bertoncini	4º P.J. Capital	Especial	
56	Rui Arno Richter	28º P.J. Capital	Especial	
57	Viviane D'Avila Winckler	21º P.J. Capital	Especial	
58	Rosalina Maria Rodrigues	2º P.J. Lages	Final	
59	Rosemarie Veronica Sachtleben	12º P.J. Blumenau	Final	
60	Cristiane Rosália Maestri Böell	10º P.J. Joinville	Final	
61	Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti	16º P.J. Capital	Especial	Presidente ACMP
62	Murilo Casemiro Mattos	2º P.J. Concórdia	Final	
63	Sidney Eloy Dalabrida	5º P.J. Capital	Especial	
64	Fábio Strecker Schmitt	6º P.J. Lages	Final	Chefe de Gabinete
65	Neori Rafael Krahl	10º P.J. Lages	Final	
66	Monika Pabst	13º P.J. Blumenau	Final	

<i>PROMOTORES DE ENTRÂNCIA ESPECIAL</i>				
<i>Nome</i>		<i>Lotação/Situação</i>		<i>Situação</i>
67	Sônia M ^a Demeda Groisman Piardi	3º P.J. Rio do Sul	Final	Coordenadora de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Fundações
68	Marcílio de Novaes Costa	18º P.J. Capital	Especial	
69	Jorge Orofino da Luz Fontes	2º P.J. Itajaí	Final	
70	Onofre José Carvalho Agostini	12º P.J. Lages	Final	
71	Eduardo Mendonça Lima	8º P.J. Itajaí	Final	
72	Moema Martins Bittencourt	11º P.J. Itajaí	Final	
73	Carlos Alberto de Carvalho Rosa	3º P.J. Blumenau	Final	
74	Rogê Macedo Neves	4º P.J. Itajaí	Final	
75	Jayne Abdala Bandeira	3º P.J. Criciúma	Final	
76	Abel Antunes de Mello	1º P.J. Itajaí	Final	Coordenador da Defesa Moralidade Administrativa
77	Leonardo Felipe Cavalcanti Luchezi	2º P.J. Criciúma	Final	
78	Carlos Henrique Fernandes	9º P.J. Lages	Final	
79	Davi do Espírito Santo	1º P.J. Tubarão	Final	
80	César Augusto Grubba	8º P.J. Joinville	Final	
81	Rui Carlos Kolb Schiefler	3º P.J. Itajaí	Final	Assessor da Coordenadoria de Recursos
82	Henrique Limongi	7º P.J. Criciúma	Final	
83	Ary Capella Neto	8º P.J. Lages	Final	
84	Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol	9º P.J. Itajaí	Final	
85	Hélio José Fiamoncini	6º P.J. Blumenau	Final	Prefeito de Rodeio
86	André Fernandes Indalencio	8º P.J. Blumenau	Final	
87	Paulo Antonio Locatelli	9º P.J. Chapecó	Final	
88	Alex Sandro Teixeira da Cruz	8º P.J. Criciúma	Final	
89	Cid Luiz Ribeiro Schmitz	13º P.J. Joinville	Final	
90	Protásio Campos Neto	3º P.J. Joaçaba	Final	

<i>PROMOTORES DE ENTRÂNCIA FINAL</i>				
	<i>Nome</i>	<i>Lotação/Situação</i>		<i>Situação</i>
1	<i>Aristeu Xenofontes Lenzi</i>	2º P.J. Jaraguá do Sul	Intermediária	
2	Henrique Goncalves da Silva	4º P.J. São José	Intermediária	
3	Carlos Alberto Platt Nahas	8º P.J. São José	Intermediária	
4	Jorgelita Tonera Favaretto	5º P.J. São José	Intermediária	
5	Maria Regina Dexheimer Lakus Forlin	1º P.J. Videira	Intermediária	
6	Marisa Fátima Lara Souza	1º P.J. Palhoça	Intermediária	
7	Jádel da Silva Júnior	2º P.J. São José	Intermediária	
8	Marcelo Truppel Coutinho	4º P.J. Balneário Camboriú	Intermediária	
9	<i>Rosemary Machado Silva</i>	6º P.J. Joinville	Final	
10	<i>Elizabete Machado</i>	2º P.J. Laguna	Intermediária	
11	<i>Vera Lúcia Coró Bedinoto</i>	4º P.J. Criciúma	Final	
12	Ruy Vladimir Soares de Sousa	1º P.J. Laguna	Intermediária	
13	José Eduardo Cardoso	Promotoria Temática da Serra do Tabuleiro	Intermediária	
14	Darci Blatt	7º P.J. São José	Intermediária	
15	Daniel Paladino	5º P.J. Balneário Camboriú	Intermediária	
16	Márcia Aguiar Arend	1º P.J. São José	Intermediária	Coordenadora Criminal
17	<i>Flávio Duarte de Souza</i>	9º P.J. Blumenau	Final	
18	Leda Maria Hermann	2º P.J. São Bento do Sul	Intermediária	
19	Margaret Gayer Gubert Rotta	7º P.J. Balneário Camboriú	Intermediária	
20	Raul de Araujo Santos Neto	2º P.J. Palhoça	Intermediária	
21	Vera Lúcia Butzke de Araújo	1º P.J. Timbó	Intermediária	
22	Cláudia Mara Nolli	3º P.J. Balneário Camboriú	Intermediária	
23	Débora Wanderley M. Santos	3º P.J. São José	Intermediária	
24	Rosan da Rocha	6º P.J. Balneário Camboriú	Intermediária	
25	Ângela Valenca Bordini	2º P.J. Curitiba	Final	
26	Ricardo Luis Dell'Agno	1º P.J. Balneário Camboriú	Intermediária	
27	Álvaro Luiz Martins Veiga	6º P.J. São José	Intermediária	
28	Ricardo Marcondes de Azevedo	8º P.J. Tubarão	Final	
29	Andréa da Silva Duarte	2º P.J. Biguaçu	Intermediária	
30	Miguel Lotário Gnigler	2º P.J. São Miguel do Oeste	Intermediária	
31	<i>Marcelo Wegner</i>	3º P.J. Laguna	Intermediária	
32	Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin	2º P.J. São Joaquim	Intermediária	
33	Andreas Eisele	2º P.J. Indaial	Intermediária	

<i>PROMOTORES DE ENTRÂNCIA FINAL</i>				
	<i>Nome</i>	<i>Lotação/Situação</i>		<i>Situação</i>
34	Alexandre Schmitt dos Santos	1º P.J. Jaraguá do Sul	Intermediária	
35	Cristina Costa da Luz Bertoncini	1º P.J. Biguaçu	Intermediária	
36	Sérgio Ricardo Joesting	1º P.J. São Bento do Sul	Intermediária	
37	Leonardo Henrique Marques Lehmann	3º P.J. Jaraguá do Sul	Intermediária	
38	Isaac Newton Belota Sabba Guimarães	1º P.J. Araranguá	Intermediária	
39	Gustavo Mereles Ruiz Diaz	3º P.J. Indaial	Intermediária	
40	Fernando Linhares da Silva Júnior	1º P.J. Criciúma	Final	
41	Maristela Nascimento Indalencio	1º P.J. Indaial	Intermediária	
42	Marlon Jesus Soares de Souza	3º P.J. Araranguá	Intermediária	
43	Thais Cristina Scheffer	2º P.J. Araranguá	Intermediária	
44	Alexandre Daura Serratine	2º P.J. Timbó	Intermediária	
45	Maury Roberto Viviani	3º P.J. Brusque	Final	
46	Alexandre Wiethorn Lemos	2º P.J. Balneário Camboriú	Intermediária	
47	Eduardo Paladino	10º P.J. Criciúma	Final	
48	Júlio César Mafra	4º P.J. Chapecó	Final	
49	Felipe Martins de Azevedo	1º P.J. São Joaquim	Intermediária	
50	Francisco de Paula Fernandes Neto	1º P.J. Joinville	Final	
51	Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto	2º P.J. Tijucas	Intermediária	
52	Luís Suzin Marini Júnior	3º P.J. Concórdia	Final	
53	Rogério Ponzi Seligman	6º P.J. Criciúma	Final	
54	Vânia Augusta Cella Piazza	8º P.J. Chapecó	Final	
55	Fabiano David Baldisserelli	6º P.J. Chapecó	Final	
56	Assis Marciel Kretzer	7º P.J. Joinville	Final	
57	Joubert Odebrecht	3º P.J. Curitiba	Final	
58	Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt	2º P.J. Rio do Sul	Final	
59	Andrey Cunha Amorim	11º P.J. Lages	Final	
60	Júlio André Locatelli	2º P.J. Chapecó	Final	

<i>PROMOTORES DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA</i>			
	<i>Nome</i>	<i>Lotação/Situação</i>	
1	<i>Pedro Roberto Decomain</i>	Itaiópolis	Inicial
2	Eraldo Antunes	São Lourenço do Oeste	Inicial
3	Karla Bárdio Meirelles Menegotto	Capinzal	Inicial
4	<i>Rosangela Zanatta</i>	Braço do Norte	Inicial
5	Viviane Damiani Valcanaia	Piçarras	Inicial
6	Mário Vieira Júnior	1ª Ituporanga	Inicial
7	Kátia Rosana Pretti Armange	1º Gaspar	Inicial
8	<i>Maria Luzia Beiler Girardi</i>	Ibirama	Inicial
9	Ricardo Figueiredo Coelho Leal	Turvo	Inicial
10	<i>Vânia Lúcia Sangalli</i>	Imaruí	Inicial
11	Fernando Bastos Schaefer	Imbituba	Inicial
12	<i>José Orlando Lara Dias</i>	Palmitos	Inicial
13	Marcelo Brito de Araújo	Sombrio	Inicial
14	Cristina Balceiro da Motta	Itapema	Inicial
15	Luiz Augusto Farias Nagel	Urussanga	Inicial
16	Juliana Padrão Serra de Araújo	Içara	Inicial
17	João Carlos Joaquim	Orleans	Inicial
18	Joel Rogério Furtado Junior	1º P.J. Mafra	Intermediária
19	Hélio Sell Júnior	1º P.J. Canoinhas	Intermediária
20	Milani Maurílio Bento	1º PJ Campos Novos	Intermediária
21	João Carlos Linhares Silveira	2º P.J. Canoinhas	Intermediária
22	Rafael de Moraes Lima	1º P.J. Caçador	Intermediária
23	Sandro Ricardo Souza	3º P.J. São Miguel Oeste	Intermediária
24	Rodrigo Millen Carlin	2ª P.J. Caçador	Intermediária
25	Simone Cristina Schultz	1º P.J. São Francisco do Sul	Intermediária
26	Cristian Richard Stahelin Oliveira	2º P.J. São Francisco do Sul	Intermediária
27	Sandro de Araujo	4º P.J. Jaraguá do Sul	Intermediária
28	Anelize Nascimento Martins Machado	3º P.J. Caçador	Intermediária
29	Helen Crystine Correa Sanches Ferrandin	4º P.J. São Miguel do Oeste	Intermediária
30	Geovani Werner Tramontin	2º P.J. Xanxerê	Intermediária
31	George André Franzoni Gil	2º P.J. Videira	Intermediária

<i>PROMOTORES DE ENTRÂNCIA INICIAL</i>			
	<i>Nome</i>	<i>Lotação/Situação</i>	
1	<i>Victor Emendörfer Filho</i>	Guaramirim	Inicial
2	Henriette Marlowe Rotta Lemos	Santo A. da Imperatriz	Inicial
3	Odair Tramontin	Pomerode	Inicial
4	Cristina Elaine Thome Stoeterau	Bom Retiro	Inicial
5	<i>Andréa Machado Speck</i>	São João Batista	Inicial
6	<i>Alicio Henrique Hirt</i>	Papanduva	Inicial
7	Luciana Schaefer Filomeno	Barra Velha	Inicial
8	João Alexandre Massulini Acosta	Urubici	Inicial
9	<i>Nilton Exterkötter</i>	Correia Pinto	Inicial
10	Heloísa Melo	Jaguaruna	Inicial
11	Fabrcio Nunes	Anita Garibaldi	Inicial
12	Nazareno Bez Batti	Quilombo	Inicial
13	José de Jesus Wagner	São José do Cedro	Inicial
14	Amélia Regina da Silva	Santa Cecília	Inicial
15	Jussara Maria Viana	Campo Erê	Inicial
16	Luciano Trierweiller Naschenweng	Ponte Serrada	Inicial
17	Laudares Capella Filho	Cunha Porã	Inicial
18	Maria Cristina Pereira Cavalcanti	Seara	Inicial
19	Fabiano Henrique Garcia	Mondaí	Inicial
20	Affonso Ghizzo Neto	Descanso	Inicial
21	Diana Spalding Lessa Garcia	Coronel Freitas	Inicial
22	Douglas Alan Silva	Lebon Régis	Inicial
23	Celso Antonio Ballista Junior	Maravilha	Inicial
24	Jonnathan Augustus Kuhnen	Pinhalzinho	Inicial
25	Murilo Adaghinari	Fraiburgo	Inicial
26	Gustavo Viviani de Souza	Anchieta	Inicial
27	Jean Michel Forest	Dionísio Cerqueira	Inicial
28	Aurélio Giacomelli da Silva	Otacílio Costa	Inicial

1. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

1.1 Estrutura

Na condição de órgãos de administração do Ministério Público, as Procuradorias de Justiça atualmente estão organizadas em número de duas,

<i>PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS</i>		
	<i>Nome</i>	<i>Lotação</i>
1	<i>Regina Kurschus</i>	3º PJS – CMP – Capital
2	Raul Rogério Rabello	4º PJS – CMP – Capital
3	Ivanize Souza de Oliveira	5º PJS – CMP – Capital
4	Henriqueta Scharf Vieira	1º PJS do Núcleo Especial / PGJ
5	Carla Mara Pinheiro Miranda	3º PJS do Núcleo Especial / PGJ
6	Mário Waltrick do Amarante	4º PJS do Núcleo Especial / PGJ
7	Vanessa Wendhausen Cavallazzi Gomes	2º PJS do Núcleo Especial / PGJ
8	Silvana do Prado Brouwers	1º PJS / 16ª CMP – Palmitos
9	Fabrcio José Cavalcanti	5º PJS / Núcleo Especial / PGJ
10	Marcelo Mengarda	PJS / 3ª CMP – Joinville
11	Sandra Goulart	PJS / 2ª CMP – Criciúma
12	Alexandre Piazza	6º PJS / Núcleo Especial / PGJ
13	Ana Paula Cardoso Teixeira	PJS / 17ª CMP – Videira
14	Adalberto Exterkötter	2º PJS / 4ª CMP – Rio do Sul
15	Benhur Poti Betiolo	PJS / 8ª CMP – Curitiba
16	Luiz Mauro Franzoni Cordeiro	7º PJS do Núcleo Especial / PGJ
17	Maria Amélia Moreira Paganella	PJS / 5ª CMP – São Bento do Sul
18	Márcio Conti Júnior	2º PJS / 16ª CMP – Palmitos
19	André Otávio Vieira de Mello	8º PJS do Núcleo Especial / PGJ
20	Luciana Rosa	PJS / 9ª CMP – Concórdia
21	Silvana Schmidt Vieira	9º PJS do Núcleo Especial / PGJ
22	Caio César Lopes Peiter	10º PJS do Núcleo Especial / PGJ

<i>PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS</i>		
	<i>Nome</i>	<i>Lotação</i>
23	Rafael Alberto da Silva Moser	PJS / 14ª CMP – São Miguel do Oeste
24	Osvaldo Juvencio Cioffi Junior	PJS / 15ª CMP – São Lourenço do Oeste

2. ATIVIDADES DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

Os dados estatísticos relativos à atuação do Ministério Público em segundo grau demonstram que houve significativo aumento na demanda de processos distribuídos para análise e parecer dos Senhores Procuradores de Justiça, tanto na área criminal quanto na área cível, conforme se verifica nos quadros e gráficos adiante apresentados.

2.1 Procuradoria de Justiça Criminal

A totalização dos dados da área criminal revela que os Procuradores de Justiça receberam 4.025 processos, o que demonstra um aumento na demanda de 7,07% em relação ao ano de 1999, quando foram recebidos 3.759 processos.

Foram exarados 4.033 pareceres (incluídos 8 remanescentes do ano anterior), constatando-se que houve aumento em relação ao ano de 1999 na ordem de 5,7%, quando foram exarados 3.814 pareceres.

2.2 Procuradoria de Justiça Cível

A totalização dos dados da área cível revela que os Procuradores de Justiça receberam 11.793 processos, o que demonstra um aumento na demanda de 26,08% em relação ao ano de 1999, quando foram recebidos 9.296 processos.

Foram exarados 11.441 pareceres, constatando-se que houve aumento em relação ao ano de 1999 na ordem de 19,06%, restando ainda, em 31.12.2000, um saldo de 804 processos para análise.

Os pareceres cíveis exarados referem-se a matérias afetas às seguintes áreas de atuação, conforme a especialização da Procuradoria de Justiça Cível:

- a) funcionalismo público: 3.232;
- b) matéria tributária ou fiscal: 1.820;
- c) infância e juventude, família e sucessões: 873;
- d) moralidade administrativa, meio ambiente, consumidor, deficientes físicos, idosos, fundações e matéria acidentária e falimentar: 1.385;
- e) questões jurídicas diversas: 4.483.

2.3 Coordenadoria de Recursos (antigo Centro Operacional de Recursos Judiciais)

A Coordenadoria de Recursos, antigo Centro Operacional de Recursos Judiciais (denominação alterada pela Lei Complementar nº 197/00), recebeu e analisou 1.906 processos, havendo um aumento em relação ao ano de 1999 na ordem de 139,04%, quando foram recebidos 796 processos.

Destaque-se, também, que a Coordenadoria de Recursos ajuizou, no decorrer do ano de 2000, 111 recursos.

PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL					
VAGA	OFICIANTE	SALDO ANT.	DISTRIB.	EXARADOS	GABINETE
1	LUIZ CÉZAR MEDEIROS	0	282	282	0
1	GILBERTO CALLADO DE OLIVEIRA	0	89	89	0
2	PAULO ROBERTO SPECK	0	40	40	0
2	HUMBERTO F. SCHARF VIEIRA	0	600	600	0
3	JOÃO FERNANDO Q. BORRELLI	0	611	496	115
4	JOSÉ EDUARDO O. DA L. FONTES	0	275	263	12
5	KURT E. HAMMERSCHMIDT	36	608	404	240
7	JOEL ROGÉRIO FURTADO	0	163	163	0
7	ÁTTILA ANTONIO ROTHSAHL	4	650	632	22
8	ROSA MARIA GARCIA	54	420	452	22
9	SÉRGIO ANTONIO RIZELO	0	597	597	0
10	MÁRIO GEMIN	0	621	618	3
11	JOSÉ ANTONIO SALVADORI	0	331	314	17
12	RAULINO JACÓ BRÜNING	30	560	503	87
13	ANTONIO GERCINO R. MEDEIROS	15	609	624	0
14	LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	19	504	436	87
15	JOBÉL BRAGA DE ARAÚJO	0	662	662	0
16	JOSÉ FRANCISCO HOEPERS	61	574	613	22
17	HERCÍLIA REGINA LEMKE	2	474	465	11
18	DÁLCIO MOSER	0	548	548	0
19	RAUL SCHAEFER FILHO	0	605	597	8
-	JOÃO FERNANDO Q. BORRELLI (1)	0	109	68	41
-	HUMBERTO F. SCHARF VIEIRA (1)	0	90	90	0
-	RAUL SCHAEFER FILHO (1)	0	187	182	5
-	ÁTTILA ANTONIO ROTHSAHL (1)	0	63	53	10
-	JOSÉ EDUARDO O. DA L. FONTES (1)	0	180	170	10
-	ANTONIO G. R. MEDEIROS (1)	0	51	51	0
-	SÉRGIO ANTONIO RIZELO (1)	0	56	56	0
-	ERNANI DUTRA (2)	0	39	8	31
-	ANSELMO J. DE OLIVEIRA (2)	0	461	438	23
-	LENIR ROSLINDO PIFFER (2)	0	118	117	1
-	ALEX SANDRO T. DA CRUZ (2)	0	61	61	0
-	NEORI RAFAEL KRAHL(2)	0	249	212	37
-	VERA LÚCIA F. COPETTI (2)	15	0	15	0
-	GLADYS AFONSO (2)	9	0	9	0
-	RUI ARNO RICHTER (2)	67	0	67	0
-	CARLOS H. FERNANDES (2)	62	177	239	0
-	AOR STEFFENS MIRANDA (2)	32	0	32	0
-	GENIVALDO DA SILVA (2)	46	0	46	0
-	TYCHO BRAHE FERNANDES (2)	0	62	62	0
-	ARY CAPELLA NETO (2)	0	67	67	0

-	TOTAL	452	11.793	11.441	804
---	--------------	------------	---------------	---------------	------------

- (1) – Procurador de Justiça em substituição
(2) - Promotor de Justiça convocado

PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL					
VAGA	OFICIANTE	SALDO ANT.	DISTRIB.	EXARADOS	GABINETE
1	MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	0	390	390	0
2	ANSELMO AGOSTINHO DA SILVA	0	402	402	0
3	HIPÓLITO LUIZ PIAZZA	0	436	436	0
4	VALDIR VIEIRA	0	389	389	0
5	PAULO ANTONIO GÜNTHER	0	442	442	0
6	LUIZ FERNANDO SIRYDAKIS	0	442	442	0
7	DEMÉTRIO C. SERRATINE	0	439	439	0
8	ROBISON WESTPHAL	0	385	385	0
9	VILMAR JOSÉ LOEF	0	395	395	0
-	MOACYR DE M. LIMA FILHO (1)	0	23	23	0
-	VILMAR JOSÉ LOEF (1)	0	39	39	0
-	ARY CAPELLA NETO (2)	8	0	8	0
-	SIDNEY B. BARREIROS (2)	0	53	53	0
-	WALKYRIA R. DANIELSKI (2)	0	76	76	0
-	DAVI DO ESPÍRITO SANTO (2)	0	44	44	0
-	RUI CARLOS KOLB SCHIEFLER (2)	0	70	70	0
	TOTAL	8	4.025	4.033	0

- (1)– Procurador de Justiça em substituição
(2) - Promotor de Justiça convocado

COORDENADORIA DE RECURSOS					
OFICIANTE	SALDO	DISTRIB	EXARADOS	RECURSOS	GABINETE
ODIL JOSÉ COTA	0	380	380	11	0
PAULO ROBERTO SPECK	0	1.526	1.526	100	0
TOTAL	0	1.906	1.906	111	0

PLANTÃO (CÍVEL/CRIME)					
	OFICIANTE	SALDO ANT.	DISTRIB.	EXARADOS	GABINETE
jan/00	HERCÍLIA REGINA LEMKE	0	8	8	0
jan/00	JOSÉ ANTONIO SALVADORI	0	6	6	0
jan/00	ROBSON WESTPHAL	0	87	87	0
jul/00	JOSÉ ANTONIO SALVADORI	0	7	7	0
jul/00	MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	0	61	61	0
dez/00	MÁRIO GEMIN	0	2	2	0
dez/00	VILMAR JOSÉ LOEF	0	24	24	0
-	TOTAL	0	195	195	0

TIPO DE PROCESSO POR ÓRGÃO DA PROCURADORIA

PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	QTDE
MANDADO DE SEGURANÇA	14
AGRAVO DE INSTRUMENTO	2
HABEAS-CORPUS	882
APELAÇÃO CRIMINAL	2.106
RECURSO CRIMINAL	254
REVISÃO CRIMINAL	176
RECURSO DE AGRAVO	508
REPRESENTAÇÃO	1
EMBARGOS INFRINGENTES	10
RECLAMAÇÃO	3
INQUÉRITO	24
QUEIXA-CRIME	6
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO/ E OU IMPEDIMENTO	11
PROCESSO CRIME	1
PEDIDO DE DESAFORAMENTO	7
CARTA TESTEMUNHÁVEL	1
INDIGNIDADE PARA O OFICIALATO	2
CONFLITO DE JURISDIÇÃO	17
RECURSO ORDINÁRIO CRIME	2
TERMO CIRCUNSTANCIADO	4
RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA	1
INTERPELAÇÃO	1
TOTAL	4.033

PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL	QTDE
MANDADO DE SEGURANÇA	1.617
AGRAVO DE INSTRUMENTO	1.096
APELAÇÃO CÍVEL	3.588
APELAÇÃO CÍVEL(MS)	4.072
CONFLITO DE COMPETÊNCIA	55
AÇÃO RESCISÓRIA	48

HABEAS-CORPUS	98
EMBARGOS INFRINGENTES	14
ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	4
RECURSO DE DECISÃO	13
PROCESSO ADMINISTRATIVO	20
AGRAVO REGIMENTAL	1
RECLAMAÇÃO	3
PRECATÓRIO	584
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO E/OU IMPEDIMENTO	12
SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO	4
MEDIDA CAUTELAR	5
PEDIDO DE EXECUÇÃO NOS AUTOS DE AÇÃO RESCISÓRIA	3
PEDIDO DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL E/OU ESTUDUAL	3
REPRESENTAÇÃO	3
RECURSO ORDINÁRIO CÍVEL	84
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	93
CONSULTA	2
PEDIDO DE EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA	3
PEDIDO DE EXECUÇÃO	3
IMPUGNAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	2
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA	1
INQUÉRITO JUDICIAL	1
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	2
PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR	7
TOTAL	11.786

CONTRA-RAZÕES – ART. 600 C.P.P.	QTDE
APELAÇÃO CRIMINAL	140
TOTAL	140

PLANTÃO	QTDE
HABEAS-CORPUS	195
TOTAL	195

3. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

3.1 Estrutura

Em 31.12.2000, existiam 243 Promotorias de Justiça instaladas, divididas em 4 entrâncias, sendo 26 de entrância especial, 94 de entrância final, 63 de entrância intermediária e 60 de entrância inicial.

Faltavam ser instaladas, até a mencionada data, 32 novas Promotorias de Justiça, sendo 4 de entrância especial, 5 de entrância final, 2 de entrância intermediária e 21 de entrância inicial, assim distribuídas:

- a)* Entrância Especial: 22^a, 24^a, 25^a e 26^a Promotorias de Justiça da Comarca da Capital;
- b)* Entrância Final: 11^a e 14^a Promotorias de Justiça da Comarca de Blumenau, 10^a Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó e 11^a e 14^a Promotorias de Justiça da Comarca de Joinville;
- c)* Entrância Intermediária: 5^a Promotoria de Justiça da Comarca de Jaraguá do Sul e 3^a Promotoria de Justiça da Comarca de Videira;
- d)* Entrância Inicial: Promotoria de Justiça da Comarca de Araquari, Promotoria de Justiça da Comarca de Armazém, Promotoria de Justiça da Comarca de Ascurra, Promotoria de Justiça da Comarca de Capivari de Baixo, Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Belo do Sul, Promotoria de Justiça da Comarca de Camboriú, Promotoria de Justiça da Comarca de Catanduvas, Promotoria de Justiça da Comarca de Forquilha, Promotoria de Justiça da Comarca de Garopaba, Promotoria de Justiça da Comarca de Garuva, Promotoria de Justiça da Comarca de Herval do Oeste, Promotoria de Justiça da Comarca de Ipumirim, Promotoria de Justiça da Comarca de Itá, Promotoria de Justiça da Comarca de Itapoá, Promotoria de Justiça da comarca de Modelo, Promotoria de Justiça da Comarca de Navegantes, Promotoria de Justiça da Comarca de Presidente Getúlio, Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Campo, Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Oeste, Promotoria

de Justiça da Comarca de Santa Rosa do Sul, Promotoria de Justiça da Comarca de Três Barras.

Havia, na mesma data, 44 vagas de Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Substituto, sendo 2 vagas de Promotor de Justiça de entrância especial, 9 de entrância final, 9 de entrância intermediária e 15 de entrância inicial e 9 de Promotor de Justiça substituto.

3.2 Quadro de lotação por antigüidade e por entrância dos Promotores de Justiça

O quadro seguinte demonstra a lotação dos Promotores de Justiça titulares e substitutos, por entrância e por antigüidade, conforme a situação existente em 31 de dezembro de 2000.

<i>PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL</i>			
<i>Nome</i>		<i>Lotação/Situação</i>	
1	Guido Feuser	12º P.J. Criciúma	Final
2	Vera Lúcia Ferreira Copetti	2º P.J. Joaçaba	Final
3	Ernani Dutra	4º P.J. Rio do Sul	Final
4	Donaldo Reiner	7º P.J. Lages	Final
5	Plínio César Moreira	1º P.J. Curitiba	Final
6	Nelson Fernando Mendes	6º P.J. Capital	Especial
7	Anselmo Jerônimo de Oliveira	1º P.J. Blumenau	Final
8	Eroni José Salles	1º P.J. Brusque	Final
9	Sadi Brígido Jung	3º P.J. Tubarão	Final
10	Narcísio Geraldino Rodrigues	8º P.J. Capital Assessor do PGJ	Especial
11	Saulo Torres	7º P.J. Capital	Especial
12	Aroldo de Araújo	23º P.J. Capital	Especial
13	Jacson Corrêa	11º P.J. Criciúma Assessor da CGMP	Final
14	Basílio Elias de Caro	19º P.J. Capital Assessor do PGJ	Especial

<i>PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL</i>			
<i>Nome</i>		<i>Lotação/Situação</i>	
15	Aurino Alves de Souza	9º P.J. Joinville	Final
16	Paulo Roberto de C. Roberge	2º P.J. Blumenau	Final
17	Tycho Brahe Fernandes	13º P.J. Capital	Especial
18	Antonio Carlos Brasil Pinto	6º P.J. Itajaí	Final
19	Francisco José Fabiano	14º P.J. Capital	Especial
20	André Carvalho	2º P.J. Capital	Especial
21	Lenir Roslindo Piffer	5º P.J. Blumenau	Final
22	Cid José Goulart Júnior	9º P.J. Capital	Especial
23	Luiz Espíndola dos Santos	3º P.J. Joinville	Final
24	Gladys Afonso	1º P.J. Joaçaba	Final
25	Paulo Ricardo da Silva	5º P.J. Criciúma	Final
26	Sidney Bandarra Barreiros	5º P.J. Tubarão	Final
27	Paulo César Ramos de Oliveira	2º P.J. Joinville Afastado: Sec. Justiça	Final
28	Paulo de Tarso Brandão	10º P.J. Capital Assessor do PGJ	Especial
29	Ricardo Francisco da Silveira	1º P.J. Capital	Especial
30	Heloísa Crescenti A. Freire	17º P.J. Capital	Especial
31	Gercino Gerson Gomes Neto	15º P.J. Capital	Especial
32	Moacir José Dal Magro	1º P.J. Chapecó	Final
33	Francisco Bissoli Filho	29º P.J. Capital Assessor da CGMP	Especial
34	Newton Henrique Trennepohl	7º P.J. Chapecó Afastado: Sec. Justiça	Final
35	Norival Acácio Engel	5º P.J. Itajaí	Final
36	Fábio de Souza Trajano	30º P.J. Capital CPC- Consumidor	Especial
37	Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes	12º P.J. Capital	Especial
38	Luiz Eduardo Braunsperger	2º P.J. Brusque	Final
39	James Faraco Amorim	5º P.J. Lages	Final
40	Ivens José Thives de Carvalho	1º PJ. Rio do Sul	Final
41	Walkyria Ruicir Danielski	6º P.J. Tubarão	Final

<i>PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL</i>			
<i>Nome</i>		<i>Lotação/Situação</i>	
42	Paulo Roberto Luz Gottardi	7º P.J. Itajaí	Final
43	Alexandre Herculano Abreu	20º P.J. Capital CPC-Meio Ambiente	Especial
44	Durval da Silva Amorim	4º P.J. Joinville Assessor da CGMP	Final
45	Ernani Güetten de Almeida	7º P.J. Blumenau	Final
46	Vânio Martins de Faria	10º P.J. Blumenau	Final
47	Genivaldo da Silva	15º P.J. Joinville	Final
48	Américo Bigaton	1º P.J. Concórdia	Final
49	Janir Luiz Della Giustina	7º P.J. Tubarão	Final
50	Aor Steffens Miranda	10º P.J. Itajaí	Final
51	Eliana Volcato Nunes	3º P.J. Capital	Especial
52	Sandro José Neis	4º P.J. Blumenau Secretário da CGMP	Final
53	Mário Luiz de Melo	4º P.J. Tubarão	Final
54	Lio Marcos Marin	13º P.J. Lages Secretário-Geral do MP	Final
55	Rogério Antônio da Luz Bertoncini	4º P.J. Capital	Especial
56	Rui Arno Richter	28º P.J. Capital	Especial
57	Viviane D'Avila Winckler	21º P.J. Capital	Especial
58	Rosalina Maria Rodrigues	2º P.J. Lages	Final
59	Rosemarie Verônica Sachtleben	12º P.J. Blumenau	Final
60	Cristiane Rosália Maestri Böell	10º P.J. Joinville	Final
61	Luiz Ricardo P. Cavalcanti	16º P.J. Capital Presidente da ACMP	Especial
62	Murilo Casemiro Mattos	2º P.J. Concórdia	Final
63	Sidney Eloy Dalabrida	5º P.J. Capital	Especial
64	Fábio Strecker Schmitt	6º P.J. Lages Assessor do PGJ	Final
65	Neori Rafael Krahl	10º P.J. Lages	Final
66	Monika Pabst	13º P.J. Blumenau	Final

<i>PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL</i>			
<i>Nome</i>		<i>Lotação/Situação</i>	
67	Sônia Maria Demeda G. Piardi	3º P.J. Rio do Sul CPC-Dtos. Humanos	Final
68	Marcílio de Novaes Costa	18º P.J. Capital	Especial
69	Jorge Orofino da Luz Fontes	2º P.J. Itajaí	Final
70	Onofre José Carvalho Agostini	12º P.J. Lages	Final
71	Eduardo Mendonça Lima	8º P.J. Itajaí	Final
72	Moema Martins Bittencourt	11º P.J. Itajaí	Final
73	Carlos Alberto de C. Rosa	3º P.J. Blumenau	Final
74	Rogê Macedo Neves	4º P.J. Itajaí	Final
75	Jayne Abdala Bandeira	3º P.J. Criciúma	Final
76	Abel Antunes de Mello	1º P.J. Itajaí CPC-Moralidade Adm.	Final
77	Leonardo Felipe C. Luchezi	2º P.J. Criciúma	Final
78	Carlos Henrique Fernandes	9º P.J. Lages	Final
79	Davi do Espírito Santo	1º P.J. Tubarão	Final
80	César Augusto Grubba	8º P.J. Joinville	Final
81	Rui Carlos Kolb Schiefler	3º P.J. Itajaí Assessor Coord. Recursos	Final
82	Henrique Limongi	7º P.J. Criciúma	Final
83	Ary Capella Neto	8º P.J. Lages	Final
84	Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol	9º P.J. Itajaí	Final
85	Hélio José Fiamoncini	6º P.J. Blumenau Afastado: Pref. Rodeio	Final
86	André Fernandes Indalencio	8º P.J. Blumenau	Final
87	Paulo Antonio Locatelli	9º P.J. Chapecó	Final
88	Alex Sandro Teixeira da Cruz	8º P.J. Criciúma	Final
89	Cid Luiz Ribeiro Schmitz	13º P.J. Joinville	Final
90	Protásio Campos Neto	3º P.J. Joaçaba	Final

PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

	<i>Nome</i>	<i>Lotação/Situação</i>	
1	<i>Aristeu Xenofontes Lenzi</i>	2º P.J. Jaraguá do Sul	Intermediária
2	Henrique Goncalves da Silva	4º P.J. São José	Intermediária
3	Carlos Alberto Platt Nahas	8º P.J. São José	Intermediária
4	Jorgelita Toner Favaretto	5º P.J. São José	Intermediária
5	Maria Regina Dexheimer Lakus Forlin	1º P.J. Videira	Intermediária
6	Marisa Fátima Lara Souza	1º P.J. Palhoça	Intermediária
7	Jádel da Silva Júnior	2º P.J. São José	Intermediária
8	Marcelo Truppel Coutinho	4º P.J. Balneário Camboriú	Intermediária
9	<i>Rosemary Machado Silva</i>	6º P.J. Joinville	Final
10	<i>Elizabete Machado</i>	2º P.J. Laguna	Intermediária
11	<i>Vera Lúcia Coró Bedinoto</i>	4º P.J. Criciúma	Final
12	Ruy Vladimir Soares de Sousa	1º P.J. Laguna	Intermediária
13	José Eduardo Cardoso	4º P.J. Palhoça-Promotoria Temática Serra Tabuleiro	Intermediária
14	Darci Blatt	7º P.J. São José	Intermediária
15	Daniel Paladino	5º P.J. Balneário Camboriú	Intermediária
16	Márcia Aguiar Arend	1º P.J. São José CPC-Criminal	Intermediária
17	<i>Flávio Duarte de Souza</i>	9º P.J. Blumenau	Final
18	Leda Maria Hermann	2º P.J. São Bento do Sul	Intermediária
19	Margaret Gayer Gubert Rotta	7º P.J. Balneário Camboriú	Intermediária
20	Raul de Araújo Santos Neto	2º P.J. Palhoça	Intermediária
21	Vera Lúcia Butzke de Araújo	1º P.J. Timbó	Intermediária
22	Cláudia Mara Noll	3º P.J. Balneário Camboriú	Intermediária
23	Débora Wanderley M. Santos	3º P.J. São José	Intermediária
24	Rosan da Rocha	6º P.J. Balneário Camboriú	Intermediária
25	Ângela Valença Bordini	2º P.J. Curitiba	Final
26	Ricardo Luis Dell'Agno	1º P.J. Balneário Camboriú	Intermediária
27	Álvaro Luiz Martins Veiga	6º P.J. São José	Intermediária
28	Ricardo Marcondes de Azevedo	8º P.J. Tubarão	Final
29	Andréa da Silva Duarte	2º P.J. Biguaçu	Intermediária
30	Miguel Lotário Gnigler	2º P.J. São M. do Oeste	Intermediária

<i>PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL</i>			
	<i>Nome</i>	<i>Lotação/Situação</i>	
31	Marcelo Wegner	3º P.J. Laguna	Intermediária
32	Alexandre Reynaldo de O. Graziotin	2º P.J. São Joaquim	Intermediária
33	Andreas Eisele	2º P.J. Indaial	Intermediária
34	Alexandre Schmitt dos Santos	1º P.J. Jaraguá do Sul	Intermediária
35	Cristina Costa da Luz Bertoncini	1º P.J. Biguaçu	Intermediária
36	Sérgio Ricardo Joesting	1º P.J. São Bento do Sul	Intermediária
37	Leonardo Henrique Marques Lehmann	3º P.J. Jaraguá do Sul	Intermediária
38	Isaac Newton Belota Sabba Guimarães	1º P.J. Araranguá	Intermediária
39	Gustavo Mereles Ruiz Diaz	3º P.J. Indaial	Intermediária
40	Fernando Linhares da Silva Júnior	1º P.J. Criciúma	Final
41	Maristela Nascimento Indalencio	1º P.J. Indaial	Intermediária
42	Marlon Jesus Soares de Souza	3º P.J. Araranguá	Intermediária
43	Thais Cristina Scheffer	2º P.J. Araranguá	Intermediária
44	Alexandre Daura Serratine	2º P.J. Timbó	Intermediária
45	Maury Roberto Viviani	3º P.J. Brusque	Final
46	Alexandre Wiethorn Lemos	2º P.J. Balneário Camboriú	Intermediária
47	Eduardo Paladino	10º P.J. Criciúma	Final
48	Júlio César Mafra	4º P.J. Chapecó	Final
49	Felipe Martins de Azevedo	1º P.J. São Joaquim	Intermediária
50	Francisco de Paula Fernandes Neto	1º P.J. Joinville	Final
51	Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto	2º P.J. Tijucas	Intermediária
52	Luís Suzin Marini Júnior	3º P.J. Concórdia	Final
53	Rogério Ponzi Seligman	6º P.J. Criciúma	Final
54	Vânia Augusta Cella Piazza	8º P.J. Chapecó	Final
55	Fabiano David Baldissarelli	6º P.J. Chapecó	Final
56	Assis Marciel Kretzer	7º P.J. Joinville	Final
57	Joubert Odebrecht	3º P.J. Curitiba	Final
58	Havah Emília P. de Araújo Mainhardt	2º P.J. Rio do Sul	Final

<i>PROMOTORES DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL</i>			
	<i>Nome</i>	<i>Lotação/Situação</i>	
59	Andrey Cunha Amorim	11º P.J. Lages	Final
60	Júlio André Locatelli	2º P.J. Chapecó	Final

<i>PROMOTORES DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA</i>			
	<i>Nome</i>	<i>Lotação/Situação</i>	
1	<i>Pedro Roberto Decomain</i>	Itaiópolis	Inicial
2	Eraldo Antunes	São Lourenço do Oeste	Inicial
3	Karla Bárdio Meirelles Menegotto	Capinzal	Inicial
4	<i>Rosangela Zanatta</i>	Braço do Norte	Inicial
5	Viviane Damiani Valcanaia	Piçarras	Inicial
6	Mário Vieira Júnior	1º P.J. Ituporanga	Inicial
7	Kátia Rosana Pretti Armange	1º P.J. 1º Gaspar	Inicial
8	<i>Maria Luzia Beiler Girardi</i>	Ibirama	Inicial
9	Ricardo Figueiredo Coelho Leal	Turvo	Inicial
10	<i>Vânia Lúcia Sangalli</i>	Imaruí	Inicial
11	Fernando Bastos Schaefer	Imbituba	Inicial
12	<i>José Orlando Lara Dias</i>	Palmitos	Inicial
13	Marcelo Brito de Araújo	Sombrio	Inicial
14	Cristina Balceiro da Motta	Itapema	Inicial
15	Luiz Augusto Farias Nagel	Urussanga	Inicial
16	Juliana Padrão Serra de Araújo	Içara	Inicial
17	João Carlos Joaquim	Orleans	Inicial
18	Joel Rogério Furtado Júnior	1º P.J. Mafra	Intermediária
19	Hélio Sell Júnior	1º P.J. Canoinhas	Intermediária
20	Milani Maurílio Bento	1º P.J. Campos Novos	Intermediária
21	João Carlos Linhares Silveira	2º P.J. Canoinhas	Intermediária
22	Rafael de Moraes Lima	1º P.J. Caçador	Intermediária
23	Sandro Ricardo Souza	3º P.J. São Miguel Oeste	Intermediária

<i>PROMOTORES DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA</i>			
	<i>Nome</i>	<i>Lotação/Situação</i>	
24	Rodrigo Millen Carlin	2ª P.J. Caçador	Intermediária
25	Simone Cristina Schultz	1º P.J. São Francisco do Sul	Intermediária
26	Cristian Richard Stahelin Oliveira	2º P.J. São Francisco do Sul	Intermediária
27	Sandro de Araújo	4º P.J. Jaraguá do Sul	Intermediária
28	Anelize Nascimento M. Machado	3º P.J. Caçador	Intermediária
29	Helen Crystine Correa S. Ferrandin	4º P.J. São Miguel do Oeste	Intermediária
30	Geovani Werner Tramontin	2º P.J. Xanxerê	Intermediária
31	George André Franzoni Gil	2º P.J. Videira	Intermediária

<i>PROMOTORES DE ENTRÂNCIA INICIAL</i>			
	<i>Nome</i>	<i>Lotação/Situação</i>	
1	<i>Victor Emendörfer Filho</i>	Guaramirim	Inicial
2	Henriette Marlowe Rotta Lemos	Santo A. da Imperatriz	Inicial
3	Odair Tramontin	Pomerode	Inicial
4	Cristina Elaine Thome Stoeterau	Bom Retiro	Inicial
5	<i>Andréa Machado Speck</i>	São João Batista	Inicial
6	<i>Alício Henrique Hirt</i>	Papanduva	Inicial
7	Luciana Schaefer Filomeno	Barra Velha	Inicial
8	João Alexandre Massulini Acosta	Urubici	Inicial
9	<i>Nilton Exterkötter</i>	Correia Pinto	Inicial
10	Heloísa Melo	Jaguaruna	Inicial
11	Fabício Nunes	Anita Garibaldi	Inicial
12	Nazareno Bez Batti	Quilombo	Inicial
13	José de Jesus Wagner	São José do Cedro	Inicial
14	Amélia Regina da Silva	Santa Cecília	Inicial
15	Jussara Maria Viana	Campo Erê	Inicial
16	Luciano Trierweiller Naschenweng	Ponte Serrada	Inicial
17	Laudares Capella Filho	Cunha Porã	Inicial
18	Maria Cristina Pereira Cavalcanti	Seara	Inicial

PROMOTORES DE ENTRÂNCIA INICIAL			
	Nome	Lotação/Situação	
19	Fabiano Henrique Garcia	Mondaí	Inicial
20	Affonso Ghizzo Neto	Descanso	Inicial
21	Diana Spalding Lessa Garcia	Coronel Freitas	Inicial
22	Douglas Alan Silva	Lebon Régis	Inicial
23	Celso Antonio Ballista Júnior	Maravilha	Inicial
24	Jonnathan Augustus Kuhnen	Pinhalzinho	Inicial
25	Murilo Adaghinari	Fraiburgo	Inicial
26	Gustavo Viviani de Souza	Anchieta	Inicial
27	Jean Michel Forest	Dionísio Cerqueira	Inicial
28	Aurélio Giacomelli da Silva	Otacílio Costa	Inicial

PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS		
	Nome	Lotação
1	Regina Kurschus	3º PJS – CMP – Capital
2	Raul Rogério Rabello	4º PJS – CMP – Capital
3	Ivanize Souza de Oliveira	5º PJS – CMP – Capital
4	Henriqueta Scharf Vieira	1º PJS do Núcleo Especial / PGJ
5	Carla Mara Pinheiro Miranda	3º PJS do Núcleo Especial / PGJ
6	Mário Waltrick do Amarante	4º PJS do Núcleo Especial / PGJ
7	Vanessa Wendhausen C. Gomes	2º PJS do Núcleo Especial / PGJ
8	Silvana do Prado Brouwers	1º PJS / 16ª CMP – Palmitos
9	Fabício José Cavalcanti	5º PJS / Núcleo Especial / PGJ
10	Marcelo Mengarda	PJS / 3ª CMP – Joinville
11	Sandra Goulart	PJS / 2ª CMP – Criciúma
12	Alexandre Piazza	6º PJS / Núcleo Especial / PGJ
13	Ana Paula Cardoso Teixeira	PJS / 17ª CMP – Videira
14	Adalberto Exterkötter	2º PJS / 4ª CMP – Rio do Sul
15	Benhur Poti Betiolo	PJS / 8ª CMP – Curitiba
16	Luiz Mauro Franzoni Cordeiro	7º PJS do Núcleo Especial / PGJ

<i>PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS</i>		
	<i>Nome</i>	<i>Lotação</i>
17	Maria Amélia Moreira Paganella	PJS / 5ª CMP – São Bento do Sul
18	Márcio Conti Júnior	2º PJS / 16ª CMP – Palmitos
19	André Otávio Vieira de Mello	8º PJS do Núcleo Especial / PGJ
20	Luciana Rosa	PJS / 9ª CMP – Concórdia
21	Silvana Schmidt Vieira	9º PJS do Núcleo Especial / PGJ
22	Caio César Lopes Peiter	10º PJS do Núcleo Especial / PGJ
23	Rafael Alberto da Silva Moser	PJS / 14ª CMP – São Miguel do Oeste
24	Osvaldo Juvencio Cioffi Júnior	PJS / 15ª CMP – São Lourenço do Oeste

4. ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

As atividades das Promotorias de Justiça englobam as áreas criminal, cível e infância e juventude.

4.1 ÁREA CRIMINAL

O modelo de relatório mensal da área criminal, vigente no ano de 2000, não continha dados sobre todas as especialidades. Não obstante, relativamente a alguns tópicos, pode-se extrair dados parciais referentes à atuação no combate aos crimes contra a ordem tributária, infrações de menor potencial ofensivo e infrações ambientais.

Assim, serão expostos os dados disponíveis, conforme a totalização realizada a partir dos dados dos relatórios mensais, possibilitando-se um retrato da atuação dos Promotores de Justiça, tanto na fase pré-processual quanto na processual.

A atuação criminal na área militar será, por sua vez, tratada em item específico, uma vez que os dados foram coletados obedecendo a modelo de relatório próprio.

As comparações entre as atividades do ano de 2000 com aquelas dos anos anteriores podem ser realizadas através dos diversos gráficos que compõem o presente relatório.

4.1.1 Atuação criminal global

A totalização dos dados relativos à matéria criminal, excluídos os da área militar, revela que os Promotores de Justiça receberam 85.042 notícias criminais, inquéritos policiais, termos circunstanciados e outros procedimentos administrativos, o que demonstra um acréscimo na ordem de 4,4% em relação ao ano de 1999, quando foram recebidos 81.424 procedimentos.

Foram oferecidas, durante o ano, 18.544 denúncias, abrangendo 20.877 tipos penais, o que demonstra um decréscimo na ordem de 5,7% em relação ao ano de 1999 (quando foram oferecidas 19.675 denúncias).

Analisando os dados relativos aos tipos penais denunciados, verifica-se que a incidência maior é no campo dos tipos contra o patrimônio, com o percentual de 36,23% (7.564 tipos penais denunciados), seguidos dos tipos de tóxicos, com o percentual de 13,06% (2.726 tipos penais denunciados), e dos tipos contra a pessoa, com o percentual de 11,56% (2.424 tipos penais denunciados). Os tipos contra a ordem tributária, somados aos ambientais, contra a ordem econômica, consumo, economia popular e administração pública, totalizam 2.463 tipos penais denunciados, constituindo-se num percentual de 11,79% do total.

Relativamente às demais notícias criminais, inquéritos policiais, termos circunstanciados e outros procedimentos administrativos, os Promotores de Justiça formularam 19.054 pedidos de arquivamento, 11.998 pedidos de diligências, além de 22.118 outras providências.

Foram realizadas 9.133 transações penais e formuladas 5.453 propostas de suspensão condicional do processo.

Quanto ao movimento processual, verifica-se que foram recebidos 120.563 processos, havendo uma redução de 1,19% em relação ao ano de 1999, tendo sido despachados 119.926 processos, dentre os quais 9.177 com alegações finais e 2.874 com razões ou contra-razões de recursos.

Os Promotores de Justiça tiveram participação em 387 julgamentos pelos Tribunais do Júri, registrando-se, ainda, a participação em 51.713 audiências judiciais (incluindo as conciliatórias dos Juizados Especiais Criminais).

4.1.2 Área da sonegação fiscal

Na área dos crimes contra a ordem tributária, não obstante a legislação referente ao REFIS, que vigorou no ano de 2000, registrou-se o recebimento de 1.274 notícias criminais, inquéritos policiais ou outros procedimentos administrativos, tendo os Promotores de Justiça oferecido 371 denúncias, abrangendo 1.417 tipos penais, ou seja, 6,76% do total denunciado. Passaram para o corrente ano, pendentes de análise, 1.282 notícias, inquéritos policiais ou procedimentos administrativos.

4.1.3 Área ambiental

Na área das infrações penais ambientais, registrou-se o recebimento de 1.517 notícias criminais, inquéritos policiais, termos circunstanciados ou outros procedimentos administrativos. O modelo de relatório mensal vigente no ano de 2000 não permite extrair o número de denúncias específicas da área. Todavia, é possível afirmar que as denúncias abrangeram 381 tipos penais ambientais, num percentual de 1,82% do total denunciado.

É importante ressaltar que na área ambiental é possível, com a devida amplitude, a realização da composição do dano e da transação penal,

razão pela qual o oferecimento de denúncias é alternativa subsidiária. Todavia, não há dados disponíveis sobre quantas transações especificamente foram realizadas em relação às infrações penais ambientais, razão pela qual tal dado está incluído no total de transações realizadas em toda a área criminal.

4.1.4 Infrações penais de menor potencial ofensivo

Na área das infrações penais de menor potencial ofensivo, de competência dos Juizados Especiais Criminais, foi registrado o recebimento de 29.161 termos circunstanciados, inquéritos policiais, notícias criminais ou outros procedimentos administrativos, incluídos os 836 da área ambiental, tendo sido realizadas 9.133 transações penais e oferecidas 1.738 denúncias, além da participação em 25.035 audiências conciliatórias.

4.1.5 Área militar

Na área militar, registrou-se o recebimento de 940 notícias criminais, inquéritos policiais ou outros procedimentos administrativos, tendo sido oferecidas 156 denúncias, passando para o corrente ano 286 notícias criminais pendentes de análise.

A maior incidência dos tipos penais denunciados é dos contra a pessoa, num total de 68, seguidos daqueles contra a Administração Militar, num total de 42, e dos tipos contra o patrimônio, totalizados em 25.

Houve ainda, nesta área, a participação em 11 sessões de julgamento, 66 audiências diversas e a interposição de 5 recursos e apresentação de 12 contra-razões.

ÁREA CRIMINAL - TOTALIZADOR POR ENTRÂNCIAS - ANO 2000									
ENTRÂNCIAS	INICIAL	%	INTERM	%	FINAL	%	ESPEC	%	TOTAL
1. NOTÍCIAS CRIMINAIS									
1.01 - Em gabinete - vindos do período anterior	1.661	28,38%	1.532	26,17%	2.446	41,79%	214	3,66%	5.853
1.02 - Inquéritos Pol./outros recebidos no período-novos	12.479	27,21%	13.178	28,74%	16.930	36,92%	3.267	7,12%	45.854
1.03 - Procedimentos Meio Ambiente recebidos no período	200	29,37%	192	28,19%	269	39,50%	20	2,94%	681
1.04 - Devolvidas pela Delegacia/Cartório	1.522	18,86%	2.769	34,30%	2.945	36,48%	836	10,36%	8.072
1.05 - Inquéritos/outros arquivados	2.766	24,94%	3.510	31,64%	3.928	35,41%	888	8,01%	11.092
1.06 - Procedimentos Meio Ambiente arquivados	85	38,46%	46	20,81%	78	35,29%	12	5,43%	221
1.07 - Inquéritos/outros procedimentos baixados p/diligências	2.331	23,90%	3.179	32,59%	3.302	33,85%	943	9,67%	9.755
1.08 - Outras situações de baixa estatística	3.737	28,45%	3.789	28,84%	4.786	36,43%	825	6,28%	13.137
1.09 - Denúncias oferecidas	4.473	27,22%	4.929	29,99%	5.789	35,22%	1.244	7,57%	16.435
1.10 - Passam para o período seguinte	2.470	25,15%	2.218	22,59%	4.707	47,93%	425	4,33%	9.820
2. SONEGAÇÃO FISCAL									
2.01 - Em gabinete - vindos do período anterior	236	19,82%	290	24,35%	584	49,03%	81	6,80%	1.191
2.02 - Notificações Fiscais recebidas (novas)	227	19,95%	221	19,42%	513	45,08%	177	15,55%	1.138
2.03 - Notificações Fiscais - proced. reativados/retornados	16	11,76%	28	20,59%	80	58,82%	12	8,82%	136
2.04 - Notificações Fiscais arquivadas	120	29,78%	62	15,38%	177	43,92%	44	10,92%	403
2.05 - Outras situações de baixa estatística	166	40,59%	40	9,78%	126	30,81%	77	18,83%	409
2.06 - Denúncias oferecidas	18	4,85%	23	6,20%	328	88,41%	2	0,54%	371
2.07 - Passam para o período seguinte	175	13,65%	414	32,29%	546	42,59%	147	11,47%	1.282
3. LEI Nº 9.099/95 - T. C. E INQUÉRITOS									
3.01 - Em gabinete - vindos do período anterior	147	26,58%	230	41,59%	168	30,38%	8	1,45%	553
3.02 - Termos Circunstanciados receb. no período (novos)	6.586	29,41%	5.898	26,34%	8.589	38,35%	1.322	5,90%	22.395
3.03 - Procedimentos Meio Ambiente recebidos no período	276	33,01%	245	29,31%	300	35,89%	15	1,79%	836
3.04 - Devolvidos pela origem/Delegacia/Cartório	960	16,19%	1.263	21,30%	3.298	55,62%	409	6,90%	5.930
3.05 - Devolvidos ao cartório	1.412	17,54%	1.775	22,05%	4.048	50,28%	816	10,14%	8.051
3.06 - Arquivamentos requeridos	1.834	25,58%	2.084	29,07%	2.972	41,46%	279	3,89%	7.169
3.07 - Procedimentos Meio Ambiente arquivados	26	15,38%	61	36,09%	60	35,50%	22	13,02%	169
3.08 - Baixados à origem	462	20,60%	746	33,26%	828	36,91%	207	9,23%	2.243

3.09 - Outras situações de baixa estatística	3.170	35,30 %	2.191	24,40 %	3.247	36,15 %	373	4,15%	8.981
3.10 - Denúncias oferecidas	659	37,92 %	449	25,83 %	587	33,77 %	43	2,47%	1.738
3.11 - Passam para o período seguinte	406	29,79 %	330	24,21 %	613	44,97 %	14	1,03%	1.363
4. TIPOS PENAIIS DENUNCIADOS - Total:									
4.01 - CRIMES CONTRA A PESSOA									
a) Homicídio/Aborto	186	28,10 %	176	26,59 %	255	38,52 %	45	6,80%	662
b) Lesões Corporais	395	35,46 %	308	27,65 %	359	32,23 %	52	4,67%	1.114
c) Outros crimes contra a pessoa	233	36,52 %	186	29,15 %	187	29,31 %	32	5,02%	638
4.02 - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO									
a) Furto	1.182	28,78 %	1.135	27,64 %	1.477	35,96 %	313	7,62%	4.107
b) Roubo e Extorsão	130	16,71 %	267	34,32 %	309	39,72 %	72	9,25%	778
c) Latrocínio	27	26,21 %	37	35,92 %	33	32,04 %	6	5,83%	103
d) Estelionato e outras fraudes	484	29,66 %	432	26,47 %	549	33,64 %	167	10,23%	1.632
e) Outros crimes contra o patrimônio	296	31,36 %	249	26,38 %	345	36,55 %	54	5,72%	944
4.03 - CRIMES CONTRA OS COSTUMES	144	25,22 %	190	33,27 %	182	31,87 %	55	9,63%	571
4.04 - CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	54	17,82 %	134	44,22 %	96	31,68 %	19	6,27%	303
4.05 - CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	249	40,42 %	181	29,38 %	157	25,49 %	29	4,71%	616
4.06 - OUTROS CRIMES DO CÓDIGO PENAL	162	40,50 %	69	17,25 %	125	31,25 %	44	11,00%	400
4.07 - LEIS ESPECIAIS									
a) Entorpecentes									
a.1 - art. 12	177	18,67 %	267	28,16 %	411	43,35 %	93	9,81%	948
a.2 - art. 16	263	15,05 %	593	33,92 %	669	38,27 %	223	12,76%	1.748
a.3 - outros	10	33,33 %	12	40,00 %	5	16,67 %	3	10,00%	30
b) Contravenção Penal	135	43,41 %	70	22,51 %	92	29,58 %	14	4,50%	311
c) Ordem Tributária	1.359	95,91 %	23	1,62%	33	2,33%	2	0,14%	1.417
d) Ord. Econômica, Rel. de Consumo, Econ. Popular	8	16,33 %	17	34,69 %	15	30,61 %	9	18,37%	49
e) Crimes e Contravenções Ambientais	199	52,23 %	88	23,10 %	91	23,88 %	3	0,79%	381
f) Crimes de Abuso de Autoridade	9	20,93 %	14	32,56 %	18	41,86 %	2	4,65%	43
g) Crimes Eleitorais	87	66,4%	35	26,72 %	9	6,87%	0	0,00%	131
h) Crimes Decreto-lei 201/67	9	64,29 %	5	35,71 %	0	0,00%	0	0,00%	14
i) Código de Trânsito Brasileiro	432	22,33 %	629	32,51 %	763	39,43 %	111	5,74%	1.935

j) Licitações	6	20,00%	12	40,00%	12	40,00%	0	0,00%	30
l) Sistema Nacional de Armas	730	37,38%	594	30,41%	558	28,57%	71	3,64%	1.953
m) Tortura	1	7,69%	5	38,46%	7	53,8%	0	0,00%	13
n) Outras Leis	86	41,15%	50	23,92%	62	29,67%	11	5,26%	209
5. DELITOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES									
5.01 - CRIMES CONTRA A PESSOA									
a) Homicídio/Aborto/Infanticídio	3	42,9%	3	42,86%	1	14,29%	0	0,00%	7
b) Lesões Corporais	6	0,00%	10	0,00%	4	0,00%	1	0,00%	21
c) Abandono de Incapaz	5	71,4%	1	14,29%	1	14,29%	0	0,00%	7
d) Exposição ou Abandono de Recém-nascido	0	0,00%	0	0,00%	1	0,00%	0	0,00%	1
e) Omissão de Socorro	0	0,00%	0	0,00%	3	0,00%	0	0,00%	3
f) Maus-tratos	15	41,67%	7	19,44%	14	38,89%	0	0,00%	36
g) Outros crimes	9	60,0%	2	13,33%	3	20,00%	1	6,7%	15
5.02 - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	2	0,00%	5	0,0%	1	0,00%	0	0,00%	8
5.03 - CRIMES CONTRA OS COSTUMES	100	42,19%	85	35,86%	50	21,10%	2	0,84%	237
5.04 - CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	3	30,0%	5	50,00%	2	20,00%	0	0,00%	10
5.05 - OUTROS CRIMES DO CÓDIGO PENAL	3	0,00%	1	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4
5.06 - LEIS ESPECIAIS:									
a) Crimes previstos no ECA	40	51,28%	30	38,46%	7	8,97%	1	1,28%	78
b) Abuso de Autoridade	0	0,00%	4	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4
c) Entorpecentes	1	0,00%	2	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3
d) Corrupção de Menores (Lei nº 2.252/54)	8	26,67%	13	43,33%	8	26,67%	1	3,33%	30
e) Outras leis	31	86,1%	4	11,11%	1	2,78%	0	0,00%	36
6. AUDIÊNCIAS/MANIFESTAÇÕES/OUTROS:									
6.01 - Alegações finais em audiência	248	19,18%	349	26,99%	621	48,03%	75	5,80%	1.293
6.02 - Audiências conciliatórias (Lei 9.099/95)	9.160	36,59%	7.148	28,55%	7.821	31,24%	906	3,62%	25.035
6.03 - Outras audiências	7.684	28,80%	7.688	28,82%	9.590	35,95%	1.716	6,43%	26.678
6.04 - Pareceres diversos em audiências	1.901	33,54%	949	16,74%	2.640	46,58%	178	3,14%	5.668
6.05 - Sursis processuais	1.673	30,68%	1.592	29,19%	2.010	36,86%	178	3,26%	5.453
6.06 - Transações Penais	3.068	33,59%	2.700	29,56%	2.955	32,36%	410	4,49%	9.133
7. PROCESSOS									
7.01 - Processos - vindos do período anterior	559	26,11%	552	25,78%	914	42,69%	116	5,42%	2.141
7.02 - Processos recebidos no período	33.660	27,92%	32.462	26,93%	45.436	37,69%	9.005	7,47%	120.563
7.03 - Processos despachados no período	14.674	21,28%	19.010	27,56%	27.982	40,57%	7.239	10,50%	68.965

7.04 - Intimações diversas	18.727	36,70 %	13.283	26,03 %	17.165	33,64 %	1.846	%	51.021
7.05 - Passam para o período seguinte	783	28,81 %	681	25,06 %	1.223	45,00 %	36	1,32%	2.718
7.06 - Manifestações:									
a) Aditamentos/retificações de denúncias	40	27,40 %	38	26,03 %	54	36,99 %	14	9,59%	146
b) Alegações finais	2.020	25,62 %	2.193	27,82 %	2.983	37,84 %	688	8,73%	7.884
c) Libelos (por réu)	158	33,19 %	151	31,72 %	152	31,93 %	15	3,15%	476
d) Razões de recurso	119	12,69 %	137	14,61 %	502	53,52 %	180	19,19%	938
e) Contra-razões de recurso	456	23,55 %	530	27,38 %	811	41,89 %	139	7,18%	1.936
f) Pareceres em extinção da punibilidade	1.691	25,78 %	1.970	30,03 %	2.414	36,80 %	485	7,39%	6.560
g) Pareceres em incidentes de execução	1.960	10,74 %	3.814	20,90 %	9.714	53,24 %	2.759	15,12%	18.247
h) Pareceres diversos	3.049	21,35 %	5.342	37,41 %	4.584	32,10 %	1.306	9,15%	14.281
i) Cotas	5.216	28,20 %	4.860	26,27 %	6.768	36,59 %	1.653	8,94%	18.497
8. TRIBUNAL DO JÚRI - (Total)									
8.01 - Julgamentos condenatórios	91	34,60 %	75	28,52 %	84	31,94 %	13	4,94%	263
8.02 - Julgamentos absolutórios	32	36,78 %	23	26,44 %	28	32,18 %	4	4,60%	87
8.03 - Julgamentos desclassificatórios p/ Juiz singular	17	45,95 %	11	29,73 %	8	21,62 %	1	2,70%	37
9. AÇÕES PROPOSTAS/PEDIDOS DIVERSOS (Total)									
9.01 - Ações Cautelares	16	23,9%	34	50,75 %	15	22,39 %	2	2,99%	67
9.02 - Execução de pena de multa	20	19,4%	46	44,66 %	0	0,00%	37	35,92%	103
9.02 - Habeas Corpus impetrados	0	0,0%	0	0,00%	1	100,0 %	0	0,00%	1
9.03 - Pedido de Escuta Telefônica	9	11,4%	27	34,18 %	24	30,38 %	19	24,05%	79
9.04 - Pedido de Quebra de Sigilo (bancário, telefônico, etc)	23	28,8%	23	28,75 %	14	17,50 %	20	25,00%	80
9.05 - Requerimentos em Execução Penal									
a) Indulto	12	13,3%	13	14,44 %	65	72,22 %	0	0,00%	90
b) Livramento Condicional	20	14,1%	53	37,32 %	69	48,59 %	0	0,00%	142
c) Progressão de Regime	43	16,2%	56	21,13 %	166	62,64 %	0	0,00%	265
d) Outros	66	16,1%	93	22,63 %	252	61,31 %	0	0,00%	411
9.06 - Requisições diversas (inquéritos, documentos, etc.)	517	39,4%	318	24,26 %	400	30,51 %	76	5,80%	1.311
10. VISITAS A ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS									
10.01 - Cadeia Pública	178	44,1%	102	25,25 %	112	27,72 %	12	2,97%	404
10.02 - Penitenciária	0	0,0%	1	4,76%	8	38,10 %	12	57,14%	21

11. ATENDIMENTO AO PÚBLICO	5.161	32,4%	4.709	29,55 %	5.124	32,15 %	943	5,92%	15.937
12. PENDÊNCIAS:									
12.01 - Procedimentos com prazo de vista vencido	1.041	19,36 %	1.186	22,06 %	3.149	58,58 %	0	0,00%	5.376
12.02 - Vencidos há mais de 30 (trinta) dias	1.863	29,48 %	1.413	22,36 %	3.044	48,16 %	0	0,00%	6.320

ÁREA CRIMINAL MILITAR - TOTALIZADOR - 2000	
1. NOTÍCIAS CRIMINAIS	
1.01 - Em gabinete - vindos do período anterior	130
1.02 - IPM/outros recebidos no período	810
1.03 - Devolvidas pelo órgão de origem	65
1.04 - Arquivadas	364
1.05 - Baixadas à origem (diligências)	125
1.06 - Remetidas a outra Promotoria	96
1.07 - Denúncias oferecidas	156
1.08 - Em poder no último dia do período	286
2. TIPOS PENAIIS DENUNCIADOS	
2.01 - Crimes contra a Autoridade Militar ou disciplina Militar	15
2.02 - Crimes contra o Serviço e o Dever Militar	
a) Insubmissão	4
b) Deserção	1
c) Abandono de Posto	12
d) outros crimes	2
2.03 - Crimes Contra a Pessoa	
a) Lesões Corporais/Rixa	58
b) Crimes contra a Liberdade	9
c) Crimes Sexuais	0
d) outros crimes contra a pessoa	1
2.04 - Crimes Contra o Patrimônio	
a) Furto/Roubo/Extorsão	15
b) Apropriação Indébita	6
c) Estelionato e outras fraudes	2
d) Dano	0
e) Outros crimes contra o patrimônio	2
2.05 - Crimes Contra a Incolumidade Pública	
a) Crimes de perigo comum	0
b) Crimes contra a Saúde - entorpecentes	0
c) Outros	0
2.06 - Crimes contra a Administração Militar	
a) Desacato	10
b) Peculato	10
c) Concussão/Excesso de Exação e Desvio	13
d) Corrupção	4
e) Falsidade	3
f) Outros Crimes	2
2.07 - Crimes contra a Administração da Justiça Militar	4
2.08 - Outros Crimes	1

3. PROCESSOS	
3.01 - Processos vindos do período anterior	0
3.02 - Processos recebidos no período	231
3.03 - Manifestações:	
a) Alegações finais	98
b) Razões de recurso	5
c) Contra-razões de recurso	12
d) Pareceres em extinção de punibilidade	8
e) Pareceres em incidentes de execução	1
f) Pareceres diversos	46
g) Cotas	45
h) Intimações diversas	16
3.04 - Processos que passam para o período seguinte	0
4. CONSELHO DE JUSTIÇA	
4.01 - Julgamentos Condenatórios	11
4.02 - Julgamentos absolutórios	8
4.03 - Outras decisões em julgamentos	8
4.04 - Suspensão Condicional do Processo	18
4.05 - Pareceres orais diversos	49
4.06 - Audiências de leitura de sentença/admonitórias	2
4.07 - Audiências diversas	63
4.08 - Sessões de julgamento	11
5. VISITAS REALIZADAS A ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS	0
6. PENDÊNCIAS	
6.01 - Procedimentos com prazo de vista vencido	0
6.02 - Vencidos há mais de 30 dias	0

4.2 ÁREA CÍVEL

Os dados relativos à área cível serão expostos de forma a permitir a análise da atuação dos Promotores de Justiça, tanto na fase pré-processual quanto na processual, na área comum e nas áreas especializadas.

As comparações entre as atividades do ano de 2000 com aquelas dos anos anteriores podem ser realizadas através dos diversos gráficos que compõem o presente relatório.

4.2.1 Atuação cível global

Foram recebidos 203.154 processos, demonstrando um aumento de 14,8% em relação a 1999, sendo despachados 202.540, entre os quais

foram apresentadas 4.119 razões, contra-razões ou pareceres em grau de recurso.

Verificando-se o número de pareceres por tipo de processo, constata-se que preponderaram as manifestações em processos de Direito de Família (31.187), Direito Eleitoral (25.464), Inventário e Arrolamento (7.075), Mandado de Segurança (6.541), Registro Público (4.670) e Fazenda Pública (4.490), entre outros.

Foram deflagradas 943 ações cíveis (excluídas as ações civis públicas), revelando um acréscimo de 15,1% do total ajuizado em 1999 (quando foram ajuizadas 819 ações). A maior incidência dessas ações tem por fundamento o Direito de Família, com o ajuizamento de 505 ações, seguindo-se as relativas ao Direito Eleitoral, com 109 ações deflagradas.

Além disso, registrou-se a participação em 33.230 audiências judiciais e o atendimento a 56.916 pessoas.

O maior volume de atendimento se deu nas comarcas de entrância inicial, onde foram atendidas 33.165 pessoas, o equivalente a 58,27% do total; nas comarcas de entrância intermediária foram atendidas 12.818 pessoas (22,52%); nas comarcas de entrância final 8.794 pessoas (15,45%); e na comarca de entrância especial foram atendidas 2.139 (3,76%). Tais dados indicam a maior proximidade do Promotor de Justiça com a população nas comarcas de menor porte e onde geralmente o Promotor de Justiça não atua de forma especializada.

4.2.2 Atuação cível especializada

A totalização dos dados da área cível revela que os Promotores de Justiça receberam 1.050 peças informativas, o que demonstra um aumento na ordem de 6,1% em relação ao ano de 1999, quando foram recebidas 989 peças.

Foram instaurados 784 inquéritos civis e procedimentos administrativos, resultando no arquivamento de 407, sendo 283 sem ajuste de

conduta e 124 com ajuste de conduta, representando um acréscimo de ajustamentos na ordem de 26,5%, em relação ao ano de 1999.

As ações civis públicas ajuizadas totalizaram 158, representando um acréscimo de 26,4% em relação ao ano de 1999 (quando tal número foi de 125). Daquele total, foram ajuizadas 23 ações na área de defesa do consumidor, 5 na defesa dos direitos humanos, cidadania e fundações, 27 na área do meio ambiente, 93 relativas à moralidade administrativa e outras 10 de âmbito geral.

ÁREA CÍVEL - TOTALIZADOR POR ENTRÂNCIAS - ANO 2000									
ENTRÂNCIAS	INICIAL	%	INTERM	%	FINAL	%	ESPEC	%	TOTAL
1. INQUÉRITOS CIVIS/PEÇAS INFORMATIVAS									
1.01 - Vindos do período anterior	88	9,88%	114	12,79%	365	40,97%	324	36,36%	891
1.02 - Inquéritos Civis instaurados no período	121	15,43%	49	6,25%	291	37,12%	323	41,20%	784
1.03 - Peças Informativas recebidas no período	192	18,29%	192	18,29%	466	44,38%	200	19,05%	1.050
1.04 - Devolvidas pelo CSMP ou desarquivadas	11	19,6%	11	19,64%	21	37,50%	13	23,21%	56
1.05 - ICP/Peças Informativas - arquivadas									
a) Sem ajuste de conduta	50	17,67%	39	13,78%	138	48,76%	56	19,79%	283
b) Com ajuste de conduta	38	30,65%	28	22,58%	43	34,68%	15	12,10%	124
1.06 - Outras situações de baixa estatística	97	11,58%	127	15,16%	550	65,63%	64	7,64%	838
1.07 - Ajustamento de Conduta pendente de cumprimento	100	47,17%	32	15,09%	50	23,58%	30	14,15%	212
1.08 - Audiências/reuniões Inquérito Civil Público	92	23,59%	66	16,92%	142	36,41%	90	23,08%	390
1.09 - Ações Civis Públicas Ajuizadas	72	45,57%	42	26,58%	28	17,72%	16	10,13%	158
1.10 - Passam para o período seguinte	155	11,26%	130	9,44%	383	27,81%	709	51,49%	1.377
2. AÇÕES CIVIS AJUIZADAS									
2.01 - Ações Civis Públicas									
a) Defesa do Consumidor	0	0,00%	14	60,9%	0	0,00%	9	39,13%	23
b) Defesa do Meio Ambiente									
b.1) Recursos Hídricos	1	0,00%	1	0,00%	7	0,00%	0	0,00%	9
b.2) Recursos Florestais	0	0,00%	0	0,00%	1	0,00%	1	0,00%	2
b.3) Poluição sonora	1	14,29%	1	14,29%	3	42,86%	2	28,57%	7
b.4) Outras - meio ambiente	1	11,11%	0	0,00%	6	66,67%	2	22,22%	9
c) Direitos Humanos e Cidadania	0	0,00%	1	25,00%	2	50,00%	1	25,0%	4
d) Fundações	1	100,0%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,0%	1
e) Moralidade Administrativa	63	67,74%	23	24,73%	6	6,45%	1	1,08%	93
f) Outras ACP	5	50,00%	2	20,00%	3	30,00%	0	0,00%	10
2.02 - Ação Direita de Inconstitucionalidade	5	38,46%	4	30,77%	3	23,08%	1	7,69%	13
2.03 - Ação de Inv. de Paternidade (Lei 8.560/92)	135	43,97%	82	26,71%	89	28,99%	1	0,33%	307
2.04 - Ação de Indenização "ex delicto"	0	0,00%	2	66,7%	1	33,33%	0	0,00%	3
2.05 - Execução de Alimentos	93	46,97%	63	31,82%	42	21,21%	0	0,00%	198
2.06 - Ações propostas no Juízo Eleitoral	45	0,00%	25	0,00%	29	0,00%	10	0,00%	109
2.07 - Outras ações	66	21,09%	128	40,89%	80	25,56%	39	12,46%	313
2.08 - Requerimentos/manifestações em ações propostas	65	36,52%	69	38,76%	39	21,91%	5	2,81%	178
2.09 - Impugnações à Contestação	80	52,98%	45	29,80%	13	8,61%	13	8,61%	151
3. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL									

3.01 - Processos - vindos do período anterior	1.478	28,64%	1.075	20,83%	1.333	25,83%	1.274	24,69%	5.160
3.02 - Processos recebidos no período	61.097	30,07%	57.836	28,47%	66.004	32,49%	18.217	8,97%	203.154
3.03 - Processos despachados no período	43.779	29,35%	42.789	28,69%	48.797	32,72%	13.775	9,24%	149.140
3.04 - Intimações diversas	17.504	32,78%	15.072	28,22%	17.153	32,12%	3.671	6,87%	53.400
3.04 - Processos que passam para o ano seguinte	1.292	22,38%	1.050	18,18%	1.387	24,02%	2.045	35,42%	5.774
4. MANIFESTAÇÕES EM PROCESSOS									
4.01 - Ação Popular	37	24,34%	34	22,37%	36	23,68%	45	29,61%	152
4.02 - Acidente de Trabalho	245	20,99%	62	5,31%	857	73,44%	3	0,26%	1.167
4.03 - Alimentos	1.821	17,01%	2.945	27,52%	4.928	46,04%	1.009	9,43%	10.703
4.04 - Alvará Judicial	1.708	24,79%	2.022	29,35%	2.518	36,55%	642	9,32%	6.890
4.05 - Assistência Judiciária	3.931	29,72%	5.843	44,18%	1.576	11,92%	1.875	14,18%	13.225
4.06 - Cautelares	186	9,69%	488	25,43%	798	41,58%	447	23,29%	1.919
4.07 - Consumidor	3	5,17%	25	43,10%	18	31,03%	12	20,69%	58
4.08 - Contestações apresentadas	15	48,39%	6	19,35%	10	32,26%	0	0,00%	31
4.09 - Declaratórias contra a Fazenda Pública Estadual	10	8,85%	17	15,04%	33	29,20%	53	46,90%	113
4.10 - Declaratórias contra a Faz. Públ. Munic./Federal	40	32,26%	20	16,13%	59	47,58%	5	4,03%	124
4.11 - Desapropriação	50	17,92%	79	28,32%	138	49,46%	12	4,30%	279
4.12 - Direitos Humanos, Cidadania e Fundações	5	21,74%	0	0,00%	17	73,91%	1	4,3%	23
4.13 - Divórcio	931	17,83%	1.641	31,42%	2.148	41,13%	503	9,63%	5.223
4.14 - Eleitoral	12.875	50,56%	7.809	30,67%	4.656	18,28%	124	0,49%	25.464
4.15 - Exceções	22	13,92%	48	30,38%	72	45,57%	16	10,13%	158
4.16 - Execução Fiscal Estadual	96	22,91%	113	26,97%	199	47,49%	11	2,63%	419
4.17 - Execução Fiscal Municipal/Federal	214	22,15%	324	33,54%	224	23,19%	204	21,12%	966
4.18 - Falência/Concordata	351	19,67%	455	25,50%	939	52,63%	39	2,19%	1.784
4.19 - Indenização	197	19,52%	217	21,51%	547	54,21%	48	4,76%	1.009
4.20 - Inventários e Arrolamentos	1.707	24,13%	1.749	24,72%	2.840	40,14%	779	11,01%	7.075
4.21 - Interdição	529	29,10%	475	26,13%	656	36,08%	158	8,69%	1.818
4.22 - Investigação de Paternidade	609	20,50%	806	27,13%	1.410	47,46%	146	4,91%	2.971
4.23 - Investigação de Paternidade (Lei nº 8.560/92)	635	24,25%	647	24,70%	1.291	49,29%	46	1,76%	2.619
4.24 - Justificação Judicial	21	21,00%	24	24,00%	52	52,00%	3	3,00%	100
4.25 - Loteamento (Impugnação)	11	6,88%	38	23,75%	16	10,00%	95	59,38%	160
4.26 - Mandado de Segurança	1.027	15,70%	1.078	16,48%	3.639	55,63%	797	12,18%	6.541
4.27 - Meio Ambiente	6	4,65%	34	26,36%	43	33,33%	46	35,66%	129
4.28 - Moralidade Administrativa	26	32,50%	33	41,25%	16	20,00%	5	6,25%	80
4.29 - Ordinárias contra a Fazenda Pública Estadual	38	5,17%	100	13,61%	88	11,97%	509	69,25%	735
4.30 - Ordinárias contra a Faz. Públ. Munic./Federal	214	23,67%	220	24,34%	319	35,29%	151	16,70%	904
4.31 - Precatórios	345	36,32%	251	26,42%	176	18,53%	178	18,74%	950
4.32 - Previdenciários	927	30,54%	1.279	42,14%	820	27,02%	9	0,30%	3.035
4.33 - Recursos									
a) Razões	32	16,67%	67	34,90%	59	30,73%	34	17,71%	192
b) Contra-razões	100	56,50%	26	14,69%	35	19,77%	16	9,04%	177
c) Pareceres	899	23,97%	585	15,60%	1.528	40,75%	738	19,68%	3.750
4.34 - Registros Públicos	1.189	25,46%	1.259	26,96%	1.832	39,23%	390	8,35%	4.670
4.35 - Separação Judicial (consensual ou litigiosa)	1.121	19,36%	1.754	30,29%	2.466	42,59%	449	7,75%	5.790
4.36 - União Estável/Dissolução de sociedade de fato	314	15,22%	667	32,33%	904	43,82%	178	8,63%	2.063
4.37 - Usucapião	404	24,57%	619	37,65%	573	34,85%	48	2,92%	1.644
4.38 - Outros Pareceres	2.615	25,92%	2.387	23,66%	3.762	37,28%	1.326	13,14%	10.090
4.39 - Cotas	8.273	34,56%	6.543	27,33%	6.499	27,15%	2.625	10,96%	23.940
5. OUTROS									

5.01 - Assistência em Rescisões de Contrato de Trabalho	5.668	64,59%	2.848	32,46%	211	2,40%	48	0,55%	8.775
5.02 - Atendimento ao público	33.165	58,27%	12.818	22,52%	8.794	15,45%	2.139	3,76%	56.916
5.03 - Atos de Fiscalização de Fundações	71	39,01%	66	36,26%	19	10,44%	26	14,29%	182
5.04 - Habilitações de casamento despachadas	7.628	35,28%	4.914	22,73%	7.952	36,78%	1.126	5,21%	21.620
5.05 - Pareceres diversos em proced. extrajudiciais	669	16,16%	727	17,56%	2.151	51,96%	593	14,32%	4.140
5.06 - Pareceres em registro de loteamento	464	39,90%	395	33,96%	302	25,97%	2	0,17%	1.163
5.07 - Participações em audiências judiciais	8.401	25,28%	8.831	26,58%	13.050	39,27%	2.948	8,87%	33.230
5.08 - Transações referendadas pelo MP (CPC 585, II)	286	48,72%	236	40,20%	15	2,56%	50	8,52%	587
5.09 - Visitas/Inspeções em Cartórios Extrajudiciais	21	75,00%	3	10,71%	4	14,29%	0	0,00%	28
6. PENDÊNCIAS									
6.01 - Processos com prazo de vista vencido	657	27,77%	641	27,09%	345	14,58%	723	30,56%	2.366
6.02 - Vencidos há mais de 30 dias	739	25,75%	370	12,89%	319	11,11%	1.442	50,24%	2.870

4.3 ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Os dados relativos à área da Infância e Juventude serão apresentados de forma a possibilitar a análise da atuação dos Promotores de Justiça, tanto na fase pré-processual quanto na processual, dividida em atos infracionais e área cível.

As comparações entre as atividades do ano de 2000 com aquelas dos anos anteriores podem ser realizadas através dos diversos gráficos que compõem o presente relatório.

4.3.1 Atos Infracionais

A atuação na área dos atos infracionais é tratada com destaque, tendo em vista as atribuições destinadas ao Ministério Público na legislação vigente.

A totalização dos dados revela que os Promotores de Justiça receberam 12.576 notícias de atos infracionais, o que representa um aumento de 16,9% em relação ao ano de 1999 (quando foram recebidos 10.755 notícias), motivando a realização de 6.687 audiências de apresentação.

Foram deflagradas 1.796 representações, sendo representados 1.868 atos infracionais, assim distribuídos: 265 contra a pessoa, 1.237 contra o patrimônio, 158 relativos a entorpecentes, 46 referentes ao Código de Trânsito, 91 contra os costumes, 37 relativos ao Sistema Nacional de Armas e outros 34 tipos previstos no Código Penal.

O Ministério Público no período concedeu 5.731 remissões e participou de 3.294 audiências judiciais relativas a atos infracionais.

Por fim, foram recebidos 16.667 processos, revelando um aumento de 14,3%, em relação a 1999 (quando foram recebidos 14.572), tendo sido despachados, no ano de 2000, 16.598 processos.

4.3.2 Área Cível

A totalização dos dados revela que os Promotores de Justiça da Infância e Juventude, atuando na área cível, instauraram 33 inquéritos civis e procedimentos administrativos e deflagraram 1.543 ações cíveis (excluídas as ações civis públicas), o que demonstra um decréscimo de 16,4% em relação ao ano de 1999 (quando foram ajuizadas 1.847 ações cíveis).

Foram recebidos 29.616 processos, o que demonstra um decréscimo de 5,08% em relação a 1999, quando foram recebidos 31.202. No ano de 2000, foram despachados 29.640 processos, dentre os quais 122 razões, contra-razões ou pareceres em grau de recurso.

O Ministério Público participou de 3.294 audiências judiciais referentes a atos infracionais e 5.752 audiências judiciais relativas à área cível, totalizando a participação em 9.046 audiências, além do atendimento a 16.676 pessoas.

ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - TOTALIZADOR POR ENTRÂNCIAS - ANO 2000									
ENTRÂNCIAS	INICIAL	%	INTERM	%	FINAL	%	ESPEC	%	TOTAL
I - DA ÁREA DOS ATOS INFRACIONAIS									
1 - NOTÍCIAS DE ATOS INFRACIONAIS									
1.01 - Em gabinete - vindos do período anterior	66	7,95%	80	9,64%	51	6,14%	633	76,27%	830
1.02 - Autos de Apreensão/Boletins Circunstanciados/outros	3.067	24,39%	2.928	23,28%	4.627	36,79%	1.954	15,54%	12.576
1.03 - Arquivamentos requeridos	325	18,70%	265	15,25%	633	36,42%	515	29,63%	1.738
1.04 - AApr/BC reunidos	10	18,87%	29	54,72%	3	5,66%	11	20,75%	53
1.05 - Remissões concedidas									
a) Simples	232	18,22%	313	24,59%	369	28,99%	359	28,20%	1.273
b) Com medida sócio-educativa	1.103	24,74%	1.011	22,68%	1.891	42,42%	453	10,16%	4.458
1.06 - Representações oferecidas	379	21,10%	420	23,39%	931	51,84%	66	3,67%	1.796
1.07 - Outras promoções	1.001	32,15%	878	28,20%	743	23,86%	492	15,80%	3.114
1.08 - Passam para o período seguinte	83	8,52%	92	9,45%	108	11,09%	691	70,94%	974
2 - ATOS INFRACIONAIS REPRESENTADOS									
2.01 - Contra a Pessoa									
a) Homicídio	16	26,67%	10	16,67%	30	50,00%	4	6,67%	60
b) Outros contra a pessoa	58	28,29%	64	31,22%	75	36,59%	8	3,90%	205
2.02 - Contra o Patrimônio									
a) Furto/Roubo/Extorsão	219	19,55%	297	26,52%	563	50,27%	41	3,66%	1.120
b) Latrocínio	1	8,33%	6	50,00%	3	25,00%	2	16,67%	12
c) Outros contra o patrimônio	34	32,38%	17	16,19%	51	48,57%	3	2,86%	105
2.03 - Contra os Costumes									
a) Estupro	17	51,52%	7	21,21%	7	21,21%	2	6,06%	33
b) Atentado Violento ao Pudor	23	46,94%	12	24,49%	13	26,53%	1	2,04%	49
c) Outros contra os costumes	1	11,11%	4	44,44%	4	44,44%	0	0,00%	9
2.04 - Outros do Código Penal	16	47,06%	5	14,71%	13	38,24%	0	0,00%	34
2.05 - Leis Especiais									
a) Entorpecentes									
a.1) Art. 12	8	14,81%	14	25,93%	29	53,70%	3	5,56%	54
a.2) Art. 16	10	9,80%	33	32,35%	59	57,84%	0	0,00%	102
a.3) Outros	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%	0	0%	2
b) Contravenções Penais	6	20,00%	12	40,00%	12	40,00%	0	0%	30
c) Código de Trânsito Brasileiro	7	15,22%	11	23,91%	28	60,87%	0	0,00%	46
d) Sistema Nacional de Armas	11	29,73%	7	18,92%	19	51,35%	0	0,00%	37
e) Outras Leis	2	28,57%	2	28,57%	3	42,86%	0	0,00%	7
3 - PROCESSOS/AUDIÊNCIAS									
3.01 - Processos - vindos do período anterior	55	20,91%	37	14,07%	32	12,17%	139	52,85%	263
3.02 - Processos recebidos no período	4.308	25,85%	3.968	23,81%	6.340	38,04%	2.051	12,31%	16.667
3.03 - Intimações diversas	1.817	27,61%	1.768	26,87%	2.891	43,93%	105	1,60%	6.581
3.04 - Processos despachados	2.411	24,07%	2.122	21,18%	3.399	33,93%	2.085	20,81%	10.017
3.05 - Processos que passam para o período seguinte	135	50,00%	99	36,67%	36	13,33%	0	0,00%	270
3.06 - Manifestações/Audiências:									
a) Audiências de apresentação (total de infratores)	1.392	20,82%	1.994	29,82%	2.839	42,46%	462	6,91%	6.687
b) Participações nas audiências judiciais	719	21,83%	814	24,71%	1.350	40,98%	411	12,48%	3.294

c) Alegações orais	69	26,04%	79	29,81%	117	44,15%	0	0,00%	265
d) Alegações finais	125	21,55%	152	26,21%	234	40,34%	69	11,90%	580
e) Recursos:									
e.1) Razões	0	0%	0	0,00%	19	0,0%	0	0,00%	19
e.2) Contra-razões	14	35,90%	10	25,64%	15	38,46%	0	0,00%	39
f) Pareceres em execução de medidas	911	17,71%	998	19,40%	1.757	34,15%	1.479	28,75%	5.145
g) Outras promoções	547	35,85%	300	19,66%	498	32,63%	181	11,86%	1.526
h) Cartas Precatórias (Ato CGMP 02/91)									
h.1) Expedidas	10	13,70%	23	31,51%	35	47,95%	5	6,85%	73
h.2) Recebidas para cumprimento	66	52,80%	17	13,60%	38	30,40%	4	3,20%	125
i) Cotas	811	29,31%	678	24,50%	922	33,32%	356	12,87%	2.767
II - DA ÁREA CIVEL									
4 - INQUÉRITOS CIVIS/PEÇAS INFORMATIVAS									
4.01 - Vindos do período anterior	1	20,00%	3	60,00%	1	20,00%	0	0,00%	5
4.02 - Instaurados/Peças Informativas recebidas	23	69,70%	8	24,24%	2	6,06%	0	0,00%	33
4.03 - Devolvidas pelo CSMP ou desarquivadas	2	0,0%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2
4.04 - ICP/Peças Informativas - arquivadas							0		
a) Sem ajuste de conduta	1	50,00%	1	50,00%	0	0,0%	0	0,00%	2
b) Com ajuste de conduta	5	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	5
4.05 - Outras situações de baixa estatística	10	52,63%	6	31,58%	3	15,79%	0	0,00%	19
4.06 - Ajustamento de conduta pendente de cumprimento	10	#####	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	10
4.07 - Audiências/reuniões Inquérito Civil Público	2	50,00%	1	25,00%	1	25,00%	0	0,00%	4
4.08 - Ações civis públicas ajuizadas	1	33,3%	2	66,67%	0	0,00%	0	0,00%	3
4.09 - Passam para o período seguinte	9	81,82%	2	18,18%	0	0,00%	0	0,00%	11
5 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL									
5.01 - Processos - vindos do período anterior	121	32,18%	67	17,82%	49	13,03%	139	36,97%	376
5.02 - Processos recebidos	10.628	35,89%	7.808	26,36%	9.148	30,89%	2.032	6,86%	29.616
5.03 - Processos despachados	7.584	33,88%	6.008	26,84%	6.686	29,87%	2.105	9,40%	22.383
5.04 - Intimações diversas	2.925	40,36%	1.757	24,24%	2.499	34,48%	66	0,91%	7.247
5.05 - Processos que passam para o período seguinte	241	68,47%	99	28,13%	12	3,41%	0	0,00%	352
5.06 - Manifestações:									
a) Ação Civil Pública	0	0,00%	3	33,33%	2	22,22%	4	44,44%	9
b) Adoção									
b.1) por Brasileiros	601	25,78%	597	25,61%	872	37,41%	261	11,20%	2.331
b.2) por Estrangeiros	17	15,60%	9	8,26%	4	3,67%	79	72,48%	109
c) Alimentos	422	65,63%	182	28,30%	26	4,04%	13	2,02%	643
d) Cadastro de adotantes	1.830	46,45%	1.181	29,97%	918	23,30%	11	0,28%	3.940
e) Cautelares	19	18,63%	33	32,35%	50	49,02%	0	0,00%	102
f) Cancel., Retif./Suprim. de Reg. de Nasc. e Óbito	90	60,81%	32	21,62%	21	14,19%	5	3,38%	148
g) Guarda	878	33,43%	826	31,45%	752	28,64%	170	6,47%	2.626
h) Infrações Administrativas	65	17,57%	164	44,32%	130	35,14%	11	2,97%	370
i) Outras ações	143	7,08%	397	19,66%	487	24,12%	992	49,13%	2.019
j) Perda ou Suspensão do Pátrio Poder	124	24,51%	121	23,91%	209	41,30%	52	10,28%	506
k) Recursos:									
k.1) Razões	1	8,33%	7	58,33%	4	33,33%	0	0,00%	12

k.2) Contra-razões	5	55,56%	2	22,22%	2	22,22%	0	0,00%	9
k.3) Pareceres	18	17,82%	5	4,95%	56	55,45%	22	21,78%	101
l) Suprim. da Capacidade/consentimento p/ casar	25	31,25%	32	40,00%	23	28,75%	0	0,00%	80
m) Tutela	201	31,55%	186	29,20%	205	32,18%	45	7,06%	637
n) Verificação de situação de risco	970	27,00%	925	25,75%	1.330	37,03%	367	10,22%	3.592
o) Cotas	2.174	42,14%	1.317	25,53%	1.595	30,92%	73	1,42%	5.159
6 - AÇÕES PROPOSTAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO:									
6.01 - Adoção									
a) por Brasileiros	11	64,71%	1	5,88%	5	29,41%	0	0,00%	17
b) por Estrangeiros	0	0,0%	0	0,0%	2	0,00%	0	0,00%	2
6.02 - Alimentos	230	90,20%	21	8,2%	4	1,57%	0	0,00%	255
6.03 - Canc./Retif. Suprim. de Registro de Nasc. e óbito	38	73,08%	9	17,31%	5	9,62%	0	0,00%	52
6.04 - Cautelares	12	30,77%	15	38,46%	12	31%	0	0,00%	39
6.05 - Execução	45	88,24%	3	5,88%	3	6%	0	0,00%	51
6.06 - Guarda	76	81,72%	9	9,68%	8	8,60%	0	0,00%	93
6.07 - Infrações Administrativas	12	15,00%	31	38,75%	37	46,25%	0	0,00%	80
6.08 - Mandado de Segurança	4	57,14%	0	0,00%	3	42,86%	0	0,00%	7
6.09 - Outras ações	32	45,07%	11	15,49%	28	39,44%	0	0,00%	71
6.10 - Perda ou Suspensão do Pátrio Poder	56	39,44%	37	26,06%	49	34,51%	0	0,00%	142
6.11 - Suprimento da capacidade/consentimento p/ casar	9	64,3%	3	21,43%	2	14,29%	0	0,00%	14
6.12 - Tutela	11	73,33%	2	13,33%	2	13,33%	0	0,00%	15
6.13 - Verificação de situação de risco	289	40,99%	202	28,65%	214	30,35%	0	0,00%	705
7 - PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS	1.999	34,75%	1.907	33,15%	1.355	23,56%	491	8,54%	5.752
8 - ATENDIMENTO AO PÚBLICO	7.559	45,33%	3.688	22,12%	4.909	29,44%	520	3,12%	16.676
9 - VISITAS A ENTIDADES E PROGRAMAS									
9.01 - Entidade de Atendimento ao Autor de Ato Infracional	17	14%	45	37,50%	47	39%	11	9,17%	120
9.02 - Abrigos e outras Entidades de Atendimento	107	53,77%	39	19,60%	44	22,11%	9	4,52%	199
10 - REUNIÕES COM CONSELHOS DIVERSOS	663	56,04%	302	25,53%	200	16,91%	18	#DIV/0!	1.183
11 - PENDÊNCIAS									
12.01 - Procedimentos com prazo de vista vencido	30	3,47%	101	11,68%	43	4,97%	691	79,88%	865
12.02 - Vencidos há mais de 30 dias	143	17,40%	31	3,77%	12	1,46%	636	77%	822

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados inseridos no presente relatório enseja algumas considerações finais, independentemente da avaliação e eventuais sugestões que os integrantes do egrégio Colégio de Procuradores poderão fazer visando o aperfeiçoamento das atividades das Promotorias e Procuradorias de Justiça.

A primeira observação que justifica especial atenção é o aumento verificado na demanda de alguns serviços a cargo do Ministério Público durante o ano de 2000, tanto no primeiro quanto no segundo grau.

Nas atividades do segundo grau, por exemplo, constatou-se a elevação do número de processos distribuídos para parecer aos Procuradores de Justiça, na ordem de 7,07% na Procuradoria Criminal, 26,08% na Procuradoria Cível e 139,04% na Coordenadoria de Recursos.

Quanto às atividades do primeiro grau, merece registro o aumento verificado no volume de feitos e peças informativas recebidas pelas Promotorias de Justiça. Assim, na área criminal, o somatório das notícias criminais, inquéritos policiais, termos circunstanciados e outros procedimentos administrativos indica a elevação de 4,4% em relação ao ano de 1999. Na área cível, houve aumento de 6,1% nas peças informativas e de 14,8% nos processos recebidos para manifestação, enquanto que na área da Infância e Juventude houve a elevação de 16,9% nas notícias de atos infracionais e de 14,3% nos processos recebidos, em relação ao ano anterior.

A segunda consideração a ser feita é relativa ao incremento da atuação em algumas atividades institucionais, principalmente naquelas relacionadas com o acréscimo de feitos e informações recebidas pelos órgãos de execução, ou seja, em atendimento à crescente demanda, conforme o acima exposto.

De fato, quanto ao segundo grau, a quantidade de pareceres emitidos indica que houve majoração de 5,7% na Procuradoria Criminal, 19,06% na Procuradoria Cível e de 139,04% na Coordenadoria de Recursos, em relação ao ano de 1999.

Além disso, nas Promotorias de Justiça também ocorreu significativo aumento em algumas atividades, dentre as quais, o ajuizamento de ações cíveis em geral (15,1%), o ajuizamento de ações civis públicas (26,4%), a instauração de inquéritos civis e procedimentos administrativos (306,25%) e a celebração de termos de ajustamento de conduta (26,5%).

Note-se que, apesar de os Promotores de Justiça terem apresentado resultados positivos nas áreas especializadas – moralidade administrativa, defesa do meio ambiente, defesa do consumidor, direitos humanos e cidadania – tal desempenho, representado principalmente pelo ajuizamento de 158 ações civis públicas e a celebração de 124 termos de ajustamento de conduta, ainda me parece modesto, em se tratando de tão relevantes atribuições na defesa dos interesses sociais.

Outra informação que deve ser destacada, tanto que tem merecido especial atenção da Corregedoria-Geral, é a existência de expressivo número de pendências para análise dos órgãos de execução do Ministério Público, motivando inclusive a instauração, no âmbito interno deste Órgão, de procedimentos de verificação de pendências, com a finalidade de apurar as causas e eventuais responsabilidades pelos atrasos constatados.

É de se ponderar, por fim, que as condições estruturais para a solução das pendências e para o incremento na atuação nas áreas especializadas estão sendo implementadas pela Administração Superior, sobretudo, a partir do último bimestre do ano de 2000 com a instalação de novas Promotorias e o provimento dos respectivos cargos.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2001.

Pedro Sérgio Steil
Corregedor-Geral do Ministério Público